



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MILENA FREITAS MACHADO

**LUTAS E RESISTÊNCIAS NAS “TERRAS DE PRETO”:
O CASO DE SANTIAGO DO IGUAPE**

RECIFE

2015

MILENA FREITAS MACHADO

**LUTAS E RESISTÊNCIAS NAS “TERRAS DE PRETO”: O
CASO DE SANTIAGO DO IGUAPE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de título de mestra.

Orientadora: Mônica Rodrigues Costa

RECIFE

2015

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

M149I Machado, Milena Freitas

Lutas e resistências nas “terras de preto”: o caso de Santiago do Iguape / Milena Freitas Machado, 2016.

106 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mônica Rodrigues Costa.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

Inclui referências e apêndices.

1. Conflito social. 2. Resistência ao governo. 3. Quilombolas. I. Costa, Mônica Rodrigues (Orientadora). II. Título

361.1 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2016 – 081)

*ATA DA DÉCIMA SEGUNDA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO,
NO DIA 31 DE AGOSTO 2015.*

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às 10h00min, na sala C-12 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da Dissertação intitulada “**Lutas e Resistências nas “Terras de Preto”**: O Caso de Santiago do Iguape” da aluna **Milena Freitas Machado**, na área de concentração Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais, sob a orientação da **Prof^a. Mônica Rodrigues Costa**. A mestranda cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de Pós-Graduação em Serviço Social e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.032057/2015-84 em 31/07/2015 composta pelos Professores: **Dr^a. Mônica Rodrigues Costa**, do Departamento de Serviço Social da UFPE, **Orientadora e Examinadora Interna**; **Dr^a. Rosa Maria Cortês de Lima**, do Departamento de Serviço Social da UFPE, **Examinadora Interna**; **Dr. José Bento Rosa da Silva**, do Departamento de História da UFPE, **Examinador Externo**; **Dr. Marco Antonio Mondaini**, do Departamento de Serviço Social da UFPE, **Suplente Interno**; **Dr. Valdenice José Raimundo**, do Departamento de Serviço Social da UNICAP, **Suplente Externo**. Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder ao mesmo a menção aprovada da referida Dissertação. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Secretário de Pós-Graduação, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 31 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Mônica Rodrigues Costa

Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Cortês de Lima

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva

A

minha madrinha, Joanita Freitas (In Memoriam), por toda sua
dedicação.

AGRADECIMENTOS

Sensação de alívio, de meta cumprida, de fechamento de ciclo e, com certeza, levarei comigo as experiências vivenciadas nesses dois anos. Sem dúvidas, sozinha não conseguiria alcançar este objetivo tão esperado. Por isso, agradeço a todas as pessoas que contribuíram com essa trajetória.

Ao CNPQ, pelo financiamento da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pela contribuição em minha formação.

À minha orientadora, Mônica Costa, por aceitar percorrer essa trajetória acadêmica, pela sua competência e paciência e por acreditar que seria possível realizar este trabalho. Você foi muito mais que uma orientadora.

Em especial, agradeço a minha madrinha, Joanita Freitas (In Memoriam), por toda sua dedicação, seu amor e toda sua preocupação com a minha formação. Obrigada por se fazer presente em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais, Maria José e Fernando César, pelo seu amor incondicional, pela sua luta e perseverança em acreditar que tudo daria certo e que este dia chegaria.

Às minhas irmãs Renata e Fernanda, em especial a Renata, pela sua dedicação integral nesse momento tão disciplinado e denso da minha vida, por se fazer presente, pela preocupação nesses dois anos de caminhada, pelos conselhos e orientações, principalmente nesta reta final.

Um agradecimento muito mais que especial à comunidade quilombola de Santiago do Iguage. Em especial, agradeço aos Iguapenses Sr. Edson Conceição e Sr^a Raimunda Santos e toda sua família, pelo carinho, atenção e por permitir viver momentos tão simbólicos e significativos no trabalho de campo.

À Pan Batista, presidente da Associação de Marisqueiras e pescadoras, pelo seu apoio, pelas trocas e relatos da história da comunidade. Sem você, não seria possível a realização desse trabalho.

À dona Maria, moradora da comunidade e toda a sua família, pelo acolhimento e carinho nos meses vividos na comunidade.

Aos/as amigos/as presentes nessa trajetória acadêmica e aos ausentes também, que, de alguma forma, contribuíram com palavras de carinho, incentivo, pela compreensão e por acreditarem que um dia eu chegaria lá. Em especial, as amigas do mestrado e da vida, Silvana Crisostomo, Fabrícia Gomes e Tábata Pedrosa. Vocês tornaram esta trajetória muito mais leve. Agradeço pelos momentos compartilhados, pelas trocas e por caminharem juntas em todo o percurso acadêmico.

Às amigas e amigos da graduação em Serviço Social, pelas conversas na rádio corredor, pelo incentivo, pelas cervejas geladas, por estarem presentes nessa trajetória do mestrado, em especial, a Liêdo Nepomuceno, a minha eterna admiração por você. À minha amiga querida, Silvana Nascimento, pela sua leveza e sua energia que encanta. A Glauber Queiroz, pelo companheirismo, pelas festas e as risadas mais gostosas.

Aos amigos e amigas da Bahia, em especial, a Taciana Gacelin, pelo incentivo e apoio nessa longa caminhada. Mesmo distante, você sempre se fez presente. A Jadson Dantas, meu baiano em Recife, pelos debates calorosos e pelo companheirismo.

Aos/as professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, que fizeram parte da minha formação acadêmica e contribuíram para construção do trabalho. Em especial, a Prof^a Rosa Cortês, pela sua contribuição na minha formação e pela disponibilização do seu acervo bibliográfico.

Ao prof^o José Bento, por disponibilizar o seu acervo bibliográfico, contribuindo para a construção do trabalho.

A todos e todas que vivenciaram momentos de felicidade, de alegria, de ansiedade e de todos os sentimentos que se afluíram nesses dois anos, especialmente, nessa reta final, e, mesmo assim, fizeram deles experiências proveitosas e incentivadoras para a conclusão do mestrado.

Milena

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar os processos de organização sociopolítica que decorrem da regularização fundiária na comunidade Quilombola de Santiago do Iguape, no período de 2010 a 2013. A comunidade de Santiago do Iguape, lócus dessa pesquisa, traz, na sua trajetória política, toda uma história de luta e resistência para garantir a preservação do território quilombola e, ao mesmo tempo, luta por um desenvolvimento que respeite as especificidades enquanto comunidade tradicional. Atualmente, sofre ameaças no seu território, a exemplo da implantação de um grande empreendimento na Reserva Extrativista Federal da Baía do Iguape (RESEX), o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, localizado no entorno da Baía do Iguape, mais precisamente no município de Maragogipe. Diante desse cenário, as comunidades tradicionais que vivem no entorno da Baía do Iguape vivenciam conflitos fundiários e territoriais, que são travados pelos interesses estabelecidos entre o Estado e o grande capital, em detrimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. O estudo é de caráter etnográfico, o que exigiu uma imersão na comunidade de Santiago do Iguape durante o período de dois meses, no qual observei a dinâmica da comunidade e registrei os relatos no diário de campo, interagi e entrevistei os (as) interlocutores (as), membros das organizações da comunidade e demais moradores e moradoras de Santiago do Iguape.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Organização Sociopolítica. Luta. Resistência.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the socio-political organization of processes arising from the land regularization in Quilombola community of Santiago do Iguape, from 2010 to 2013. The community Santiago do Iguape, locus of this research, brings in his political career, all a history of struggle and resistance to ensure the preservation of the quilombo territory and at the same time, the struggle for development that respects the specific characteristics as a traditional community. Currently, suffer threats in its territory, such as the deployment of a large enterprise in the Extractive Reserve Federal Bay of Iguape - (RESEX), the Shipyard Cove do Paraguaçu, located in the vicinity of Iguape Bay, more precisely in the city of Maragogipe. In this scenario, the traditional communities living around the Bay of Iguape, experience land and territorial disputes, which are caught by vested interests between the state and big business, to the detriment of the rights of peoples and traditional communities. The study is ethnographic, which required an immersion in Santiago community of Iguape during the period of two months, during which I observed the dynamics of the community and registered accounts in the diary, interacted and interviewed them (as) partners (as), members of community organizations and other residents and residents of Santiago do Iguape.

Keywords: Quilombola Community. Socio-political Organization. Fight. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura1	Mapa dos Engenhos de cana-de-açúcar da região do Iguape.....	37
Figura 2	Antiga fábrica da Acutinga.....	38
Figura 3	Estrada de acesso para Santiago.....	39
Figura 4	A comunidade de Santiago do Iguape.....	40
Figura 5	A pescaria.....	41
Figura 6	As marisqueiras de Santiago do Iguape.....	42
Figura 7	Audiência Pública sobre Regularização Fundiária.....	63
Figura 8	Congresso Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais.....	64
Figura 9	O antes.....	82
Figura 10	O depois.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
AQRM	Associação Quilombola do Rio dos Macacos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECOSMAR	Rede de Economia Solidária de Matarandiba
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FDC	Fundação Cultural Palmares
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação e da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MNU	Movimento Negro Unificado
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
ODSC	Observatório das Desproteções Sociais no Campo
OIT	Organização Internacional do Trabalho

PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PROJOVEM	Programa de Inclusão de Jovens
PSF	Programa Saúde da Família
RESEX	Reserva Extrativista da Baía do Iguape
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SBDP	Sociedade Brasileira do Direito Público
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
SEPPIR	Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA	15
2.1 UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL: UMA SOCIEDADE ESCRAVOCRATA, AGRÁRIA E LATIFUNDIÁRIA	16
2.2 OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL: A FORMAÇÃO DOS MOCAMBOS NO BRASIL	19
2.3 “ O NORMATIVO”: UM DIÁLOGO COM O ARTIGO 68º	25
2.4 OS CAMINHOS e OS “(DES) CAMINHOS” PARA O AUTORRECONHECIMENTO, RECONHECIMENTO E A TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	31
2.5 “O NATIVO” E A RELAÇÃO COM A TERRA	32
3. OS “FRAGMENTOS” DA HISTÓRIA DE SANTIAGO DO IGUAPE	36
3.1 QUEM SÃO OS “DONOS” DA TERRA?.....	36
3.2 O CAMINHO PERCORRIDO	50
3.3 O QUE É SER “QUILOMBOLA”?.....	54
4 A “ESCRAVIDÃO PESADA”: A TERRA, SÍMBOLO DE LIBERDADE.	59
4.1 A ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA ENQUANTO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA	59
4.2 NOVOS ELEMENTOS, VELHAS PRÁTICAS ESCRAVAGISTAS: OS “FORROS DE CHÃO”	69
4.3 UM NOVO “CERCAMENTO”: A IMPLANTAÇÃO DO ESTALEIRO NAVAL NA RESERVA EXTRATIVISTA DA BAÍA DO IGUAPE (RESEX).....	72
4.4 O ANTES E O DEPOIS: AS AMEAÇAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO TRADICIONAL.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A: Plano de observação	95
APÊNDICE B: Protocolo de Observação	98
APÊNDICE C: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	100
APÊNDICE D: Roteiro de entrevista.....	104
APÊNDICE E: FONTES ORAIS	106

1 INTRODUÇÃO

Não me lembro, não posso falar quando e como surgiu, sou um pouco idoso, mas não vivi. (ZUMBA, 61 anos).¹

A fala do interlocutor é emblemática, carrega a dificuldade que a comunidade de Santiago do Iguape vivencia para garantir os registros históricos do seu território. Compreender a origem do território de Santiago do Iguape foi um elemento desafiador no trabalho. A história da comunidade é contada a partir da linguagem oral, das tradições e dos costumes, que são passados a cada geração. Dessa forma, a memória é uma das formas de garantir os registros. Os “fragmentos” da história compõem um quebra-cabeça, que carrega as lembranças dos relatos que nem sempre foram vividos por esses sujeitos. E há uma sensível diferença entre ouvir e vivenciar a história. O esforço de lembrar algo que não foi vivido é simbólico.

O campo simbólico é algo significante para as comunidades quilombolas, por isso, a escolha da terminologia “*terras de preto*” tem uma relação intrínseca com a relação de território habitado, de resistência, de luta, ocupação ancestral. A noção de territorialidade negra se faz presente nas comunidades quilombolas.

A escolha simbólica do termo não tem o objetivo de obscurecer as especificidades e as singularidades da diversidade sociocultural e política presentes nas diversas comunidades quilombolas do território brasileiro, mas sim, evidenciar que este termo, apesar de não ter o objetivo de definir a comunidade quilombola de Santiago do Iguape, ele é o mais apropriado para conceituá-la. Não se trata de uma tentativa de homogeneização desse grupo social, cujo significado é polissêmico, carregado de controvérsias, disputas, tensões e inúmeras tentativas de definições externas, sem a devida apropriação acerca desse segmento social.

¹Por se tratar de um trabalho etnográfico, optamos por não sobrepor a teoria aos relatos etnográficos. Dessa forma, no decorrer do trabalho alguns relatos serão grifados em itálico, tamanho 12, no intuito de também dar ênfase a fala das(os) interlocutoras (es). Os relatos com mais de três linhas estarão com recuo (a 4 cm da margem esquerda, pela régua do Word, fonte arial, tamanho 10). Os dispostos no início dos capítulos e/ou títulos virão em forma de epígrafe.

Vale ressaltar, também, que os nomes das/os interlocutores/as foram substituídos por nomes de lideranças negras, com o objetivo de preservar a identidade das pessoas que foram entrevistadas e, na perspectiva de garantir uma simbologia para as guerreiras e os guerreiros que empreenderam as lutas no período escravagista.

No decorrer da pesquisa, será feita uma análise crítica acerca da terminologia “*comunidades remanescentes de quilombos*”, trazendo para o debate o surgimento desse conceito enquanto categoria externa, mas que também envolve lutas, disputas e tensões de diferentes sujeitos e segmentos sociais no processo redemocratização do país. No entanto, o que, de fato, torna-se prioridade é a compreensão de como essas comunidades se apropriam desse termo e qual a influência dessa categoria na construção e/ou reconstrução da identidade étnica e cultural desses grupos. Ao decidir pelo termo, que tem uma inspiração na obra “Terras tradicionalmente Ocupadas”, de Alfredo Wagner, o objetivo é garantir uma simbologia para esse segmento social, que historicamente carrega uma tradição secular de ocupação dos territórios tradicionais por negros e negras escravizados (as), que lutaram e resistiram ao longo dos séculos de escravidão, criando estratégias de resistência, de luta e organização coletiva. Nesse sentido, o trabalho será norteado pela seguinte pergunta: Quais os processos de organização sociopolítica da comunidade quilombola de Santiago do Iguape, mediante a regularização fundiária do território?

Pensando nisso, a estrutura do trabalho foi distribuída da seguinte maneira: O primeiro capítulo traz a contextualização histórica do processo de formação sócio-histórica no Brasil, o surgimento dos Quilombos no território brasileiro, a emergência do conceito de “comunidade remanescente de quilombo”, a partir do dispositivo constitucional: o “diálogo” entre o nativo e normativo e, ainda, os caminhos e os “(des)caminhos” para garantir a regularização do território tradicional. O segundo capítulo revela os “fragmentos” da história de Santiago do Iguape, a ocupação do território tradicional, o caminho percorrido no trabalho, o entrelaçamento das histórias de vida, a trajetória da etnografia, e, por último, a identidade coletiva construída e/ou reconstruída pela comunidade de Santiago do Iguape. O terceiro capítulo traz a mobilização e organização sociopolítica frente ao processo de regularização fundiária, os resquícios escravagistas presentes na comunidade no pós-abolição: “os forros de chão”, e a emergência de um novo sujeito no cenário da luta pela terra: O Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

A metodologia utilizada no trabalho é a etnografia, o que exigiu da pesquisadora um mergulho de dois meses no campo, o que possibilitou uma imersão na comunidade. Inicialmente, foquei na observação do cotidiano dos pescadores e marisqueiras de Santiago do Iguape, na interação com os (as) interlocutores (as), na

participação nos espaços organizativos e institucionais, tendo como objetivo apreender as questões relevantes para o trabalho. Após um tempo de imersão no campo, construí o roteiro de entrevista, que foi subsidiado pela observação participante, pelo plano e protocolo de observação e pelos registros no diário de campo. Foram realizadas sete entrevistas com moradores e moradoras de Santiago, sendo quatro mulheres e três homens, no período de setembro a outubro de 2015. O critério de escolha dos sujeitos e sujeitas da pesquisa foi à relação estabelecida com os processos de luta da comunidade, as formas de organização sociopolítica, principalmente no que tange à regularização fundiária do território tradicional. Com isso, percebi como são desencadeados os processos de luta pela terra, os conflitos fundiários e territoriais que são travados entre a comunidade e os demais sujeitos. Além disso, como se deu a ocupação do território de Santiago, as práticas escravagistas que ainda se fazem presentes na comunidade. Notou-se que a identidade coletiva de Santiago do Iguape é construída a partir do território e esse fator foi determinante para compreender a luta em prol da terra, os entraves e as dificuldades para garantir a regularização fundiária do território.

2 ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA

[...] Vamos lutar. Lutar até morrer, pra ver se esses jovens que estão surgindo hoje tenham o que a gente não teve antigamente [...] A escravidão, em si foi o que mais levou a gente a lutar pelas terras, (ZUMBA, 61 anos).

O trecho de fala acima descortina dois elementos antagônicos para refletir acerca do trabalho. A escravidão vivenciada pelos negros e negras escravizados no Brasil e as estratégias de resistência e luta para garantir o território. Nesse sentido, o presente capítulo tem o objetivo de situar historicamente e conceitualmente a formação dos Quilombos no Brasil, possibilitando uma compreensão macro acerca dessas organizações sociais que predominaram no período colonial, resistindo e lutando contra o sistema escravagista e, mesmo com o advento da extinção da escravidão, em 1888, permaneceram com as suas práticas de resistência e organização sociopolítica até a contemporaneidade. Para isso, trago neste capítulo um olhar para a formação sócio-histórica do Brasil, a estrutura do sistema escravagista no período colonial, a emergência das organizações sociais denominadas Mocambos, tendo como aporte teórico os estudos pós-coloniais, que subsidiaram a construção do trabalho, sobretudo, por descortinar um olhar diferenciado e uma perspectiva de totalidade dessas organizações sociais.

A ideia também é apresentar um panorama dos procedimentos jurídicos e políticos da regularização fundiária, os entraves e os descaminhos para sua execução no pós-colonial, situando, especificamente, após o advento do dispositivo constitucional de 1988.

O Capítulo I é um convite para o leitor mergulhar no Universo dos Quilombos a partir da etnografia realizada na comunidade Quilombola de Santiago do Iguape, possibilitando a apreensão das questões relevantes do trabalho.

2.1 UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL: UMA SOCIEDADE ESCRAVOCRATA, AGRÁRIA E LATIFUNDIÁRIA

A formação sócio-histórica do Brasil é estruturada pela base escravagista, sendo constituída pela expropriação da mão de obra de diferentes grupos populacionais, dentre eles, a população africana, acometida pelo tráfico transatlântico² e condicionada a práticas escravagistas, de tortura, violência, que tinham como objetivo garantir o enriquecimento e a acumulação das riquezas da Coroa Portuguesa. A esses cidadãos e cidadãs foi usurpado o direito de permanecer em seu território, de viver em liberdade e de garantir a dinâmica sociocultural, econômica e política dos seus ancestrais.

Durante mais de três séculos a escravidão das populações negras foi um dos meios utilizados pelos europeus para garantir o desenvolvimento da economia colonial latino-americana, se transformando na mola propulsora das mais diferentes atividades produtivas, seja no campo ou nas cidades. (TRECCANI, 2006, p. 29)

O período escravagista durou mais de quatro séculos, regime político e econômico baseado na administração colonial portuguesa, que tinha como base, inicialmente, a servidão dos índios e, logo após, a exploração da força de trabalho das negras e negros vítimas do tráfico transatlântico. A escravidão penetrou vários aspectos da vida brasileira, influenciando os modos de vida, a cultura, a religião e, principalmente, as relações sociais baseadas na opressão e na condição de subserviência dos negros e negras aos senhores de engenho, aos feitores e aos capitães do mato. Apesar disso, ela não ocorreu isenta de conflitos, lutas, disputas e inúmeras revoltas que acometeram este período. Para Pedrão (2007, p. 12),

Os estudos sobre negros, especialmente, substituindo uma visão genérica de raça própria do escravismo, por uma percepção da complexidade histórica e cultural, projetam nova luz nessa discussão, primeiro, porque transferem o debate sobre o negro da esfera etnocultural para a sociologia histórica, situando-o como integrante essencial da formação social e segundo, porque ajudam a mostrar a complexidade econômica que permitiu

² Fenômeno histórico, político e social de transmigração dos/a africanos/as do seu continente, tendo como objetivo garantir a acumulação das riquezas da Coroa Portuguesa a partir da escravização desse grupo populacional.

o funcionamento da produção escravista, com sua exploração servil de índios e de diversos outros não escravos.

Para compreender um pouco mais a conjuntura da sociedade pós-colonial, não poderia deixar de resgatar a contribuição de um clássico na produção do conhecimento acerca da formação sócio-histórica do Brasil, principalmente, no que se refere à análise que o autor faz sobre os pilares da ordem escravocrata: o latifúndio e a escravidão, segundo Freyre, (2006, p. 36) é:

(...) a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino, do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credices da senzala [...] Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro: a nossa continuidade social.

O referido autor faz uma análise descritiva do Brasil patriarcal e escravocrata, mas limita-se a um olhar fragmentado da conjuntura escravagista, que perpassa pela lógica senhorial. Nota-se que a ideia recorrente na narrativa é de relações sociais harmônicas entre a Casa Grande e a Senzala³, onde se perpetua a ausência de conflitos e tensões, naturalizando as práticas de violência, opressão e subordinação a condições perversas de escravismo e expropriação da condição humana, ressaltando um mito da “passividade” presente nos/as negros/as escravizados/as.

A partir da ideia de Freyre (2006), é possível afirmar que a formação sócio-histórica do Brasil se configurou de forma harmônica, sem antagonismos e contradições na estrutura social, política, cultural e econômica do sistema escravista. A existência de conflitos, tensões e contradições é totalmente descartada na análise do autor, na tentativa de garantir a repercussão de um país homogêneo, ordeiro, livre de preconceitos e discriminação racial, fruto da ideia de miscigenação pacífica ocorrida no período colonial, o que teve como consequência a produção de um falseamento do real baseado no argumento de uma democracia em relação à questão racial.

O discurso da democracia racial ancorado nas garantias constitucionais de igualdade, nos casamentos interraciais e na ausência de hostilidade manifesta entre brancos e negros, convive harmonicamente com a situação de milhões de brasileiros, majoritariamente negros, vivendo em condição de pobreza e desemprego, apartados da cidadania social. (AMARO, 2005, p. 59).

³ FREYRE (2006).

Na contramão da análise fragmentada do autor acerca do período escravista, que dialoga com o ponto de vista da Casa Grande⁴, ou seja, com a lógica senhorial, optei por dar visibilidade neste trabalho a perspectivas teóricas que dialogam com o olhar dos sujeitos subalternizados historicamente, que vivenciaram o silenciamento das suas vozes ao longo dos diversos períodos históricos, e, principalmente, no período escravista. Nesse sentido, há muitos estudos que questionam os de Freyre (2006), e optei pela abordagem dos estudos pós-coloniais, que abarcam a reflexão acerca dos subalternos e buscam construir outras compreensões acerca das condições históricas e políticas que este segmento populacional foi submetido. Há um posicionamento crítico dos estudos pós-coloniais as construções hegemônicas e eurocêntricas que perpassam os lugares sociais ocupados por esse grupo populacional na sociedade. Nesse sentido, Carvalho (2001, p.22) aborda que,

Na perspectiva pós-colonial, a questão já não é apenas a voz nativa, como a do outro diferente, mas o reconhecimento das condições históricas e políticas de construção de alteridades submetidas a um regime colonial de subalternidade. Em outras palavras, trata-se de deslindar os mecanismos de articulação do nativo (o objeto etnográfico e, sobretudo do país periférico, ambos, na verdade, enquanto sujeitos coloniais ou neocoloniais).

Pensando nisso, no decorrer do trabalho, se farão presentes os relatos, as vozes subalternizadas de mulheres e homens da comunidade quilombola de Santiago do Iguape, suas subjetividades, que revelam a história do lugar, contada a partir da linguagem oral, repleta de angústias, tensões e conflitos que compõem as suas experiências de vida. Carvalho (2001, p. 140) salienta que:

O efeito das narrativas deve fazer-se sentir, primeiro de tudo, no próprio etnógrafo: ele deve deixar-se impactar por um discurso que se apresenta como estranho, distante, inacabado, inadequado, porém desenraizado, pária, desimpedido, aberto à alteridade, com uma vocação irredutivelmente universalizante.

Tais narrativas contribuem para compreender a vida no Quilombo e para resgatar historicamente a formação dos Quilombos no Brasil, a partir de suas formas de organização, de luta, resistência no contexto escravagista.

Especialmente por considerar que a maioria das pesquisas acerca da formação dos Mocambos no Brasil aborda este processo social como episódios,

⁴O termo Casa Grande é utilizado neste parágrafo para designar a casa que residia os senhores de engenho no período colonial.

fatos isolados, o que fragmenta a compreensão dos Quilombos como uma organização social e estratégia de resistência. Os negros e as negras escravizados/as no Brasil foram um grupo populacional estigmatizado e condicionado a análises fragmentadas, que não permitiram uma visão de totalidade enquanto grupo social.

2.2 OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL: A FORMAÇÃO DOS MOCAMBOS NO BRASIL

O termo utilizado, no período da escravidão para denominar as comunidades de africanos/as e seus/suas descendentes que se rebelavam e lutavam contra o sistema escravista no Brasil era Mocambo. Gomes, (2005) expõe a mudança de nomenclatura nos séculos XVI ao XIX, período de emergência dessa organização social. A mudança de nomenclatura, após 127 anos de abolição, perpassa o entendimento de um conceito político e ampliado do que seria mocambo, termo mais utilizado nos séculos XVI e XVII, os quilombos, utilizado nos séculos XVIII e XIX, e ainda “Comunidades Remanescentes de Quilombo”, mais utilizado, a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (Reformular o local do nome do autor)

[...] A palavra mocambo significava acampamento militar e também moradias para a maioria dos falantes das línguas bantu da África Central e Centro-Occidental. No século XVII, a palavra quilombo referia-se a um ritual de iniciação de uma sociedade militar dos guerreiros dos povos imbangalas (chamados também jagas). Tais povos falantes do quimbundo realizaram uma expansão pelo interior angolano em territórios dos povos umbundos. E como prática sócio-política, os imbangalas incorporavam os habitantes das regiões conquistadas por meio de um ritual denominado quilombo. A mesma palavra significava, para algumas sociedades africanas, uma espécie de estaca em formato de forquilha utilizada para construir moradias em acampamentos provisórios. Mesmo se observarmos que na África as palavras quilombos e mocambos tinham diversos significados e no Brasil, estes termos aparecerem sempre associados à formação de comunidades de fugitivos, podemos ressaltar a ligação entre os significados nos dois lados do Atlântico. (GOMES, 2005, p. 71)

A convergência dos diversos significados do termo Mocambo⁵ ou Quilombo, no Brasil e em África, carregam simbologias para os dois lados do Atlântico. Essas formas de organização social que aconteceram no Brasil tiveram inspiração no continente africano, apesar das especificidades vivenciadas no Brasil, em virtude da estrutura escravagista. Sendo assim, Munanga; Gomes (2006, p. 71).

Existem muitas semelhanças entre o quilombo africano e o brasileiro, formados mais ou menos na mesma época. Sendo assim, os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados/as para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontravam todos os tipos de oprimidos.

Para abordar esse tipo de organização social, optei por revisitar a origem da maior ameaça à estrutura escravista: O Mocambo de Palmares, a sua importância enquanto estratégia de resistência e reafirmação étnica, surge em 1595, período que se consolidou a escravidão no país, a maior organização social, política e militar de negros/as escravizados/as aquilombados do período escravista, com um território que abrangia aproximadamente dois estados brasileiros, Alagoas e Pernambuco, mais precisamente na Serra da Barriga⁶.

O Mocambo foi, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar, - uma síntese dialética (CARNEIRO, 2001, p. 18).

O Mocambo de Palmares resistiu e lutou durante um século contra as invasões e guerrilhas acontecidas na época, fazendo uso de táticas de guerrilha e de ataques aos diversos engenhos. Este mocambo contava com um grande número de negros/as de diferentes grupos étnicos e se destacava pela sua organização militar, estrutura física e territorial, visão estratégica e ampla, além da sua invisibilidade no que se refere a distância em relação aos antigos engenhos. Nesse sentido, Munanga; Gomes (2006, p. 75) enfatizam que:

⁵No decorrer do trabalho, a utilização do termo Mocambo refere-se à denominação dada no período da escravidão aos negros e negras que lutavam e se rebelavam contra o sistema escravagista. (Ver GOMES, 2005). As demais denominações sobre o termo não foram exploradas nesse trabalho.

⁶Atualmente é o parque memorial Palmares, localizado no município de União dos Palmares, no Estado de Alagoas.

Nas terras de Alagoas, limitando-se com os confins de Pernambuco, grupos de escravos desenvolveram uma dinâmica de troca, de trabalho e de estrutura social que revivia a organização social tradicional de antigos reinos africanos: Congo, Angola, Benguela, Cabinda. Nesse processo, alianças e costumes eram restabelecidos e os chefes de grupos reuniam-se periodicamente em conselhos para decidir a vida em coletividade com a participação de todos.

A afirmação dos/as autores/as permite argumentar que os/as negros/as escravizados/as eram sujeitos ativos em oposição à lógica do sujeito passivo e subserviente, que, durante muito tempo, foi difundido pela cultura senhorial. Dessa forma, pode-se perceber que esse grupo populacional criava estratégias de luta e resistência contra o sistema vigente. Seguindo basicamente o mesmo pensamento, Moura (1987, p. 8-10) acrescenta que “[...] há uma tendência na interpretação histórica a se enxergar o escravo negro unicamente como componente das forças produtivas, sem considerar a sua real participação como ser”.

Apesar do processo de dominação, expropriação da sua condição humana e a violência sofrida pelos escravos, é possível reconhecer as formas de mobilização e resistência no período de escravista. Os/as africanos/as e os descendentes escravizados no Brasil lutavam não só pelo direito de serem livres, mas, também, reivindicava o direito a cultuar os ancestrais, o que evidenciava uma luta política para garantir o seu território, a sua liberdade e o direito de ser um cidadão.

Os grupos étnicos africanos, escravizados e transportados para o Brasil, sempre, conseguiram se articular em torno de questões de sobrevivência, de busca de liberdade e de possibilidade de cultivar vínculos com seus ancestrais, preservando suas tradições e, ao mesmo tempo, recriando-as histórica e culturalmente. Nesse sentido, lutas e tentativas de rearticulação estendem-se em diferentes pontos do país, contribuindo, em grande parte, com o fenômeno de construção de um imaginário racial, cultural e religioso afro-brasileiro específico. (SIQUEIRA, 2002, p. 76).

Sobre a luta e resistência escrava brasileira, Reis (1996, p. 373) salienta que “[...] a história da resistência escrava no Brasil é normalmente dividida em dois temas paralelos e distintos: a fuga e formação de quilombos; e as grandes revoltas escravas [...]”. Nesse contexto, Reis (1996, p. 9) ainda reafirma,

Onde houve escravidão, houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob ameaça de chicote, o escravo negociava espaços de autonomia, fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. Houve um tipo de resistência que poderíamos considerar a mais típica da escravidão [...] trata-se das fugas e formação de grupos de escravos fugidos [...] essa fuga aconteceu nas Américas.

A importância da formação e da dinâmica social de uma sociedade alternativa ao sistema escravista foi um precursor no processo de tentativa de ruptura da estrutura escravagista vigente, que tinha como principal característica o trabalho forçado e a exploração da mão de obra escrava. A organização social formada por esse grupo social desgastava a matriz de produção senhorial, desencadeando na perda do controle e do poder exercido pela sociedade escravista. O quilombo era formado com o objetivo de contrapor a “sociedade oficial”⁷.

Essas formas de organização negra revelam que os/as africanos/as escravizados/as no Brasil e seus descendentes eram homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos, integrantes de diferentes etnias, produtores de cultura. Por mais humilhante e opressor que tenha sido o regime escravidão, ele não conseguiu roubar a humanidade dessas pessoas. Sendo assim, temos que deixar de ver o/a negro/a que viveu sob o regime da escravidão como “naturalmente escravo”, como alguém que nasceu para servir. O que aconteceu é que a ele foi imposto o regime da escravidão que obrigou a viver durante séculos sob a condição de escravo/a. E isso faz toda a diferença. (MUNANGA; GOMES; 2006, p. 70)

Após quatro séculos de um sistema escravagista marcado pela esfoliação da condição humana, da expropriação do trabalho forçado, dos conflitos, lutas, insurreições, rebeliões e outras formas de resistência negra, em 13 de maio de 1888, é promulgada a Lei n. 3.353, que garantiu a extinção da escravidão no Brasil, principalmente pela pressão dos países da Europa, onde já emergia o processo de industrialização, sendo o Brasil o último país a extinguir o sistema escravagista. Apesar disso, não houve nenhuma preocupação com os negros libertos, sendo jogados à própria sorte ou, ainda, “[...] sem qualquer investimento social que possibilitasse a inserção da população negra nessa nova sociedade de classes - marcada pelo trabalho assalariado que estava se formando no país”. (CUSTÓDIO; LIMA, 2009, p. 280).

Além disso, antes da extinção da escravidão no Brasil, foi, promulgado, em 1850, a Lei das Terras, que previa quem poderia ter acesso à terra. Os africanos não eram considerados brasileiros, eram apenas considerados libertos, o que os impedia de ter acesso à terra, mesmo através da compra ou da herança ou o recebimento através de doação, eram frequentes os casos de expulsão do território. Diante disso, Mello (2012, p, 33) ressalta que

Os Quilombos sempre povoaram o imaginário da nação brasileira, sendo evocados em distintos contextos históricos, tanto para desqualificar e

⁷Definido por GOMES (2006) como a estrutura da sociedade escravista.

reprimir modalidades alternativas de gestão do espaço e da vida como para inspirar e simbolizar mobilizações políticas. No Brasil contemporâneo, isso não é diferente. O debate sobre as chamadas comunidades remanescentes de quilombos nas esferas acadêmica, jurídica e política é marcado por controvérsias, questionamentos e acusações. Em se tratando de uma categoria em disputa, cujo significado é polissêmico, qualquer tentativa de definição esbarra em indefinições.

O período abolicionista é marcado pela invisibilidade das comunidades quilombolas, um verdadeiro esquecimento histórico por parte do Estado, no sentido de viabilizar políticas públicas que garantam a sua sustentabilidade. A esse segmento populacional foi destinado à ausência do reconhecimento do território que ocupavam, e, além disso, a eliminação de qualquer possibilidade de inclusão social nesse novo “Brasil Abolicionista”. As práticas escravagistas ficaram enraizadas nas relações sociais, econômicas e políticas dessa “nova sociedade” que se formava, sendo reatualizadas no Brasil contemporâneo. Fraga (2006, p. 311-342).

Além disso, a escravidão foi extinta no auge de um movimento popular de grandes proporções. Para os ex-escravos, a liberdade significava acesso à terra, direito de escolher livremente onde trabalhar, de circular livremente pelas cidades sem precisar de autorização de outra pessoa, de não ser importunado pela polícia, de cultuar deuses africanos, ou venerar a sua maneira os santos católicos, de não ser mais tratados como cativos e, sobretudo, direito de cidadania.

A tão desejada liberdade, que foi conquistada pelos/as africanos/as em 1888, não significou o fim de uma trajetória de luta para garantir condições dignas de vida. O pós-abolição foi marcado por outras práticas de subjugação, subserviência e controle dos então denominados “cidadãos e cidadãs livres”.

Seguindo essa mesma direção, podemos afirmar que foram anos de esquecimento por parte do Estado. Apesar da luta de diferentes segmentos sociais, principalmente do Movimento Negro Unificado (MNU), movimento social e político que possui como ideal coletivo a reforma democrática em favor da igualdade de direitos e do pluralismo étnico-racial, em um país que possui uma formação sócio-histórica enraizada na estrutura colonial e escravagista, que mesmo com o advento da abolição não conseguiu romper com os resquícios da sociedade escravocrata.

O panorama pós-colonial permite as seguintes indagações: quais foram as medidas adotadas pelo Estado para garantir a inserção desse grupo social na sociedade pós-colonial? Após séculos de perpetuação do sistema escravista, que torturou, violentou e usurpou o direito à dignidade, à vida humana, a realidade dos/as negros/as escravizados sofreu alguma transformação estrutural no campo do

acesso às políticas públicas? A reflexão nos permite mensurar que foi um século de esquecimento histórico e de invisibilidade expropriadora, que perdurou até o período de redemocratização do país, sob forte pressão e luta do Movimento Negro Unificado (MNU) e de demais movimentos sociais, que tiveram um papel fundamental na tentativa de garantir o reconhecimento das comunidades quilombolas que se encontravam na condição de pobreza, vulnerabilidade social, insegurança territorial, e atreladas a “permanências escravistas” que remontam a um passado colonial.

A rentabilidade do conceito de “campo negro”, não se circunscreve às comunidades de fugitivos. Por meio dessa noção, é possível pensar a dimensão relacional entre as distintas espacialidades dos mundos da escravidão e da pós-emancipação. Dito de outra forma, indivíduos e famílias que adotaram diferentes estratégias para se territorializar- via arranchamento, doações, compra de terras, fuga, apossamento etc.- não formaram territórios isolados, mas sim conectaram espaços e pessoas. Assim, os significados e experiências de quilombolas, camponeses negros e roceiros podiam misturar-se. (MELLO, 2012, p. 10)

Nesse sentido, apesar das divergências, conflitos e tensões no processo de redemocratização, e, sobretudo, acerca da implementação dos artigos constitucionais que tratam dos direitos das comunidades quilombolas, pela primeira vez na história, o Estado reconhece as “comunidades remanescentes de quilombo⁸” enquanto sujeitos de direitos, consolidando, dessa forma, todos os esforços empreendidos pelos sujeitos políticos envolvidos nessa luta. Arruti (2006, p. 7) ressalta: “ainda que aqueles que participaram diretamente da formulação e aprovação do artigo 68 não tivessem nenhuma certeza sobre o conceito que criavam, ele estava diretamente ligado às conversões simbólicas do termo [quilombo]”. Seguindo basicamente o mesmo raciocínio. Almeida (2002, p. 71) afirma “a adesão de vários grupos à categoria remanescentes de quilombos revela que estamos diante de uma diversidade de autodefinições referidas a tais situações sociais.”

Essa simbologia e convergência conceitual perpassam a questão legal e burocrática e caminha no sentido de não tornar o conceito de quilombo algo genérico, que historicamente esteve associado aos vestígios e resquícios coloniais e escravagistas, mas que, para as comunidades negras rurais, têm uma forte ligação

⁸Esse termo emerge com o advento do texto constitucional referente ao direito da propriedade definitiva da terra aos quilombos que estejam ocupando as suas terras.

com o símbolo da resistência negra, aos elementos que convergem e divergem que aproximam e distanciam essas comunidades a uma ancestralidade negra ao território próprio. Mello (2012, p.40-41) explana que:

Contemporaneamente, portanto, o termo “quilombo” não se refere a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória e continuidade enquanto grupo.

Não se trata da tentativa de homogeneização do termo, mas sim, da necessidade de repensar em que contexto ele emerge, enquanto categoria externa e qual a apropriação que essas comunidades fazem desse marco legal, no processo de construção e/ ou reconstrução de uma identidade étnica e cultural.

De acordo com Mello (2012, p. 48) é importante refletir que a “identidade étnica é razão de ser desses grupos.” Não é necessário priorizar como as comunidades quilombolas se adéquam a legitimação do Estado, a partir da Promulgação do artigo 68º, no entanto, é fundamental problematizar como se dá esse diálogo entre o nativo e o normativo.

2.3 “ O NORMATIVO”: UM DIÁLOGO COM O ARTIGO 68º

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 significou efetivamente uma ampla reorganização do Estado no campo das políticas sociais. Naquele período, vários atores e movimentos sociais estiveram envolvidos na mobilização política e na militância pelo reconhecimento de diversos grupos étnicos e sociais presentes na formação sócio-histórica brasileira, tendo em vista a relevância da Carta Magna e o reconhecimento por parte do Estado das comunidades remanescentes de quilombo, que constituem um fator de historicidade e territorialidade contemporâneas.

A legislação referente à política de regularização de territórios quilombolas é constituída pelos artigos 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

pelo artigo 215º e 216º da Constituição Federal, o Decreto Nº 4887⁹, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos, a instrução normativa Nº 57, de 20 de outubro de 2009, e o Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. De acordo com Centeno (2009, p. 116),

A política nacional de titulação dos territórios quilombolas transformou-se em uma “máquina de produzir procedimentos e avaliações sobre os mesmos, multiplicando cada vez mais as exigências e as instâncias de consulta, tornando a titulação algo longe de ser concretizado.

O autor afirma o posicionamento em relação às controvérsias e/ou contradições que permeiam a execução da Política de regularização Fundiária, tanto no sentido conceitual do termo como na ineficácia do marco legal.

Os estudos de Gusmão (1990) priorizam a discussão acerca das comunidades negras rurais, com ênfase na identidade étnica, nos modos de vida e na supressão de direitos que esse segmento social vivencia, mesmo com o advento da legislação específica para regularização dos territórios quilombolas. A autora foca o debate no campesinato e na noção da terra enquanto território habitado, lugar de resistência das comunidades negras rurais e ainda reafirma

[...] A insuficiência prática, histórica e política do termo “quilombo” para dar conta da diversidade das formas de acesso à terra e das formas de existir das comunidades negras no campo. Tal insuficiência constitui um dos limites na possibilidade de superar a invisibilidade das terras comunais ocupadas por negros. O conceito, ainda que viável no discurso político da resistência negra, apresenta-se como unificador e generalizante daquilo que é historicamente diverso e particular. (GUSMÃO, 1991, p. 34)

O conceito genérico e englobante do termo “remanescente de quilombo” não abarca as especificidades e as experiências históricas das comunidades quilombolas distribuídas pelo território brasileiro, que carregam histórias de lutas comuns, mas também revelam singularidades e experiências de vida que compõem a sua trajetória.

⁹O Decreto 4887/2003, que define as comunidades quilombolas como grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (art. 2º).

Os direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas são assegurados pela Constituição Federal, que, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, garante as comunidades que estejam ocupando suas terras o reconhecimento da propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos. Ainda no que se refere ao direito constitucional, o artigo 216 prevê o tombamento de todos os documentos e os sítios detentores de “reminiscências” históricas dos antigos quilombos.

A Constituição Federal, Lei Maior do País, foi promulgada em 1988 e, no entanto passado mais de 21 anos, as terras quilombolas não foram tituladas na sua totalidade, embora o Artigo 68 das Disposições Gerais Transitórias da Constituição Federal seja autoaplicável. Das poucas terras tituladas, não há notícia de que os “beneficiários quilombolas” tenham recebido qualquer ajuda material ou financeira que os possibilitem coletivamente de se viabilizarem economicamente. A verdade é que os quilombolas das terras tituladas têm a terra, mas não as condições mínimas para viver nela e como seu antepassado escravo que ganhou a “liberdade”, mas não teve as condições para usufruí-la (MNU, 2009, p. 7).

A explanação do autor acerca da iniquidade vivenciada pelas comunidades quilombolas revela o posicionamento político do Estado, que, mesmo após quase quatro décadas da Promulgação da Constituição Federal de 1988, não garantiu a efetivação dos direitos constitucionais da Carta Magna. O texto constitucional direcionado às comunidades quilombolas emerge em um contexto de lutas sociais, conflitos e disputas, no sentido de garantir os direitos das comunidades quilombolas. Outro elemento que merece uma análise é o sentido conceitual e político do termo “remanescente de quilombo”. Ainda há, no imaginário social, a ideia de quilombos históricos, estanques, como se essas organizações vivessem isoladas em um tempo histórico diferente, que remonta à escravidão e aos resquícios arqueológicos do passado. Alguns autores fazem uma análise crítica em relação à nomenclatura. Para além do conceitual, Mello (2012, p. 43) afirma que:

O termo qualificativo “remanescentes” é sugestivo por si só, pois revela a expectativa de encontrar, nas comunidades atuais, formas atualizadas dos antigos quilombos, como se eles fossem estáticas no tempo. Assim, a categoria remanescentes de quilombos não se referiria a sobras do passado, nem a uma cultura congelada no tempo, mas a utilização dessa forma de identificação por coletividades em busca de reconhecimento no presente.

O argumento do autor reafirma que, além da tendência a fragmentação desses grupos sociais, espera-se encontrar nos quilombos contemporâneos resquícios de

um passado de escravidão. O equívoco da fragmentação é no sentido de compreender os quilombos na época escravista apenas como refúgios de negros e negras escravizados (as). Não compreender os quilombos em sua totalidade é problemático para viabilização dos direitos constitucionais, o que desencadeia nos entraves e nas dificuldades para efetivação das políticas direcionadas para este grupo populacional. Para Mello (2012, p. 48), “o mais fundamental e interessante é a possibilidade de pensar além do artigo 68, sem reduzir a realidade desses grupos a uma tentativa de adequação às exigências que recaem sobre eles”.

Pensando nessa problemática, pode-se afirmar que há por parte do Estado, uma burocratização para garantir o título da terra, a partir de interesses que perpassam as relações de interesses do Estado e do capital e demais segmentos envolvidos na busca incessante pela ocupação de territórios quilombolas e/ou exploração dos recursos naturais existentes.

Segundo o Movimento Negro Unificado (MNU) (2009, p. 7), “[...] são mais de cinco mil comunidades nos mais variados graus de organização e mobilização pela defesa de seus direitos e em todos estados da federação”, salientando o número significativo de comunidades remanescentes de quilombos distribuídas por todo o território brasileiro e toda sua luta em prol do reconhecimento, como também pela titulação das terras junto aos órgãos responsáveis. A Fundação Cultural Palmares evidencia que apenas dois Estados (Acre e Roraima) e o Distrito Federal não possuem presença dessas comunidades.

A Bahia possui um total de 584 comunidades quilombolas, sendo 494 certificadas pela Fundação Cultural Palmares¹⁰, o que não garante o título à terra, apenas é uma etapa fundamental para dar entrada ao processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A partir dos dados disponibilizados pelos órgãos responsáveis, nota-se que de 1995 até 2013 foram expedidos 154 títulos em território quilombola, sendo que atualmente temos aproximadamente um total de 4.415 comunidades quilombolas identificadas e distribuídas pelo território brasileiro¹¹.

¹⁰Fonte: Fundação Cultural Palmares, dados atualizados em 25.10.2013.(Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/4-quadro-geral-das-crqs-ate-25-10-2013.pdf>.)

¹¹Fonte: site do INCRA, disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas/file/1792-titulos-expedidos-as-comunidades-quilombolas> e site da Fundação Cultural Palmares: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/1-crqs-certificadas-ate-25-10-2013.pdf>

Nota-se que há, sim, uma dificuldade em mensurar o quantitativo de comunidades quilombolas distribuídas pelo território brasileiro, pois nem todas as comunidades quilombolas do Brasil foram identificadas pela Fundação Cultural Palmares, o que impossibilita ter um quantitativo real desse segmento social. A Fundação Cultural Palmares é o órgão responsável por identificar e emitir a certificação das comunidades quilombolas que se autorreconhecem enquanto tal, assim como assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania¹², mas na prática não funciona dessa forma.

A comunidade quilombola de Santiago do Iguape vivencia essa contradição, pois, mesmo tendo a certidão de autorreconhecimento desde 2006, não recebe nenhuma assessoria ou suporte jurídico que viabilizem o processo de regularização fundiária. A comunidade não vê de forma positiva a exigência legal da certidão.

Para você ver como é o nosso país, para nós sermos o que somos, é preciso alguém reconhecer. Quem tem que reconhecer quem somos nós? Quem viveu aqui, quem sofreu aqui, quem nasceu aqui, quem vai morrer aqui. Eu acho que a gente que tem que reconhecer, não precisava da certidão, (ZUMBA, 61 anos).

No que se refere ao INCRA, não é diferente, já que este órgão é responsável pelos procedimentos jurídicos subsequentes que viabilizarão a titulação do território quilombola. No entanto, a partir das consultas realizadas no site do INCRA, pode-se afirmar que, as informações disponibilizadas não possuem clareza e objetividade, o que inviabiliza, inclusive, a consulta das comunidades quilombolas interessadas, tornando-se um entrave nos processos de luta dessas comunidades.

Pensando na integralidade das Políticas Públicas, programas e projetos desenvolvidos no âmbito das comunidades quilombolas. Em 2004, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)¹³ criou o Programa Brasil Quilombola¹⁴, que tem como finalidade precípua coordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombo por meio de articulações

¹²Informações disponibilizadas no site da Fundação Cultural Palmares, através do link: http://www.palmares.gov.br/?page_id=88

¹³Fonte: Site da SEPPIR. Criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. A data é emblemática, pois em todo o mundo celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória do Massacre de Shaperville. (Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/sobre>)

¹⁴Criado em 2004 pelo Governo Federal, sendo coordenado pela Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade (SEPPIR).

transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil. Sendo coordenado por meio da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial¹⁵(SEPPIR)¹⁶.

Na maioria dos Territórios Quilombolas, a efetivação das políticas tão divulgadas no Programa Brasil Quilombola e, mais recentemente, na Agenda Social Quilombola, são uma precariedade, a exemplo da saúde, educação, acessibilidade (estradas de acesso), geração de trabalho e renda, e principalmente a regularização dos territórios Quilombolas. (MNU, 2008, p. 11).

Ainda nos anos 2000, através da mesma Secretaria, é instituída, a partir do Decreto 6040/2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições¹⁷.

É fundamental reconhecer e dar visibilidade as Políticas Públicas que emergem a partir dos artigos constitucionais direcionados as comunidades quilombolas. No âmbito federal, houve um avanço significativo no que diz respeito à regulamentação dos direitos de diferentes segmentos sociais. Nesse sentido, as comunidades quilombolas passaram a ter os seus direitos sociais legitimados, mas há, sim, uma contradição e um descompasso na perspectiva do acesso a esses direitos sociais, principalmente, quando se trata de um direito fundamental: A terra, símbolo de liberdade. A tão discutida sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais, na maioria das vezes, não é respeitada. As políticas e os programas são desenvolvidos de forma fragmentada e isolada, não garantem a universalidade e, principalmente, a reprodução social, cultural e física dessas comunidades quilombolas nos seus territórios, para além da contradição de abordar a sustentabilidade atrelada aos

¹⁵A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial foi criada em 2003, na gestão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Tendo como objetivo garantir Políticas Afirmativas para a população negra, os povos e comunidades tradicionais.

¹⁶Fonte: Site da SEPPIR. (Disponível em: <http://www.portaldaigualdade.gov.br/>)

¹⁷O artigo 3º, inciso I. do referido Decreto, define como Povos e Comunidades Tradicionais os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam território e recursos naturais como condição para reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

interesses do capital, que destrói e explora os recursos naturais, principalmente, em territórios tradicionais.

O panorama de políticas públicas e a realidade concreta apresentados descortinam elementos da Questão Racial do Brasil. O racismo é um elemento estrutural da sociedade brasileira, que é reatualizado através dos resquícios escravagistas perpetuados com grupos étnicos historicamente considerados pelos colonizadores inferiores e subalternos. A cor foi um fator determinante do conjunto de práticas de controle e poder fundadas nas razões senhoriais. Amaro (2005, p. 63) afirma que, no Brasil, “a questão social do negro e de sua identidade étnica e política estão perpassados por fatores históricos que remontam à escravidão e reforçam a cor como um indicativo de inferioridade e estigma social.”

Tais elementos são determinantes também para compreender a burocratização do processo de titulação dos territórios quilombolas, uma problemática atualíssima para os quilombos contemporâneos. A forma como o Estado conduz os procedimentos jurídicos e políticos da regularização fundiária evidenciam a falta de prioridade política para dar conta da questão social do negro, reforçando a discriminação racial e a estrutura racista da sociedade contemporânea.

2.4 OS CAMINHOS e OS “(DES) CAMINHOS” PARA O AUTORRECONHECIMENTO, RECONHECIMENTO E A TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO.

No que concerne à etapa de autorreconhecimento, esse é realizado pela própria comunidade, que se autodefine como “remanescente de quilombo”, a partir de elementos e traços que as convergem ou divergem enquanto comunidades quilombolas, a ancestralidade negra, traços culturais, etnia, modo de produção, ocupação ancestral, relações de sociabilidade e solidariedade, assim como demais características que elas carregam na sua história e na memória social.

A partir do autorreconhecimento, a comunidade solicita da Fundação Cultural Palmares, a emissão do certificado de autodefinição, para que possa dar entrada ao processo de Identificação, Delimitação, Demarcação e Titulação do território quilombola no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O INCRA tem, como uma de suas atribuições, a realização um estudo antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural da área quilombola identificada, resultando na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Após publicação deste documento, poderá haver contestação de entidades ou órgãos e esta deverá ser julgada pelo INCRA, caso não haja procedência nas contestações, será iniciada a demarcação e, posteriormente, a titulação do território.¹⁸

Tais procedimentos jurídicos constituem elementos de burocratização do aparelho estatal, que incidem e refletem na reprodução social, cultural e política das comunidades quilombolas e, sobretudo, na relação de pertencimento territorial, já que estas vivenciam inúmeros conflitos fundiários com os diversos sujeitos que pleiteiam a terra, o latifúndio e o capital. E, além disso, na contramão da etapa de autoatribuição, as comunidades quilombolas precisam solicitar à Fundação Cultural Palmares uma certificação dessa etapa de autorreconhecimento.

O significado da autoatribuição, amparado pela Convenção de 169, da Organização Internacional do Trabalho: Os direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais, da qual o Brasil é um dos países signatários, há um verdadeiro descompasso e uma tentativa de supressão dos direitos constitucionais. Para Almeida (2002 p. 67-8), “os procedimentos de classificação que interessam são aqueles construídos pelos próprios sujeitos a partir dos próprios conflitos, e não necessariamente, aqueles que são produto de classificações externas, muitas vezes estigmatizantes.”

2.5 “O NATIVO” E A RELAÇÃO COM A TERRA

A relação de pertencimento territorial nas comunidades quilombolas está relacionada a terra enquanto um território habitado e que possui uma ligação intrínseca com a ancestralidade negra, identidade étnico-racial e o histórico de luta e resistência para manutenção do território tradicional. “[...] a formação do território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade [...]” (ANDRADE, 1994, p. 214).

¹⁸Informações obtidas na Instrução Normativa N.º 57, de 20 de outubro de 2009.

Os quilombolas estabelecem uma dinâmica diferente com o território que habita a noção de pertencimento territorial. A relação de coletividade e o sentimento de pertença são elementos fundamentais presentes nas comunidades tradicionais. Dessa forma, Gusmão (1999, p.144) salienta: “[...] a história de cada grupo é só sua, mas é, também, a de muitos outros grupos, pelo Brasil afora, que lutam por direitos e, em particular, lutam pelo direito a terra em que habitam, trabalham e constroem a vida”

Em relação a isso e nas conversas informais estabelecidas, no campo, com as lideranças comunitárias, emerge esse sentimento de pertença, de coletividade, como podemos observar no trecho de fala, A fala de Maria, 34 anos, revela,

Somos negros, santiaguenses, do grupo de luta, resistência e tradição, temos um passado cultural, a história da comunidade; o certificado vem só como questão legal. O marco seria a época da escravização onde havia concentração de engenhos de cana-de-açúcar na região. Há presença do bueiro ainda no local¹⁹.

A interlocutora acima afirma o lugar de onde fala, sua voz se une a outras vozes, e que, inclusive, demonstra a indignação aos trâmites jurídicos, principalmente da necessidade de solicitar a Fundação Cultural Palmares uma certidão de autorreconhecimento, mesmo após a comunidade ter realizado a autoatribuição enquanto “remanescente de quilombo” a partir dos critérios que influenciaram no processo de reconhecimento enquanto tal. *Nós já nascemos quilombolas, nos criamos quilombolas e vamos morrer quilombola, afirma Zumba, 61 anos.*

As vozes das sujeitas e sujeitos carregam uma forte insatisfação no que diz respeito à questão burocrática e jurídica que é subjugada aos ditames do Estado e que não dialoga, na maioria das vezes, com a ideia de autoatribuição realizada pelas comunidades quilombolas. Além disso, essa determinação caminha na contramão da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho: Os direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais. O direito à autoatribuição ainda é reforçado no Decreto nº 4887/2003 e em toda legislação que dispõe sobre a Política de Regularização Fundiária para comunidades quilombolas.

¹⁹O bueiro era a chaminé do Engenho de cana-de-açúcar, local onde escoava a produção. Mas, mesmo coma decadência do Engenho, ainda está presente na comunidade.

Esse autorreconhecimento é uma questão de organização nossa, porque a gente viu o que nosso antepassado sofreu, trabalhando para os que dizem ser fazendeiros, a falta das terras pra gente sobreviver, e aí a gente se organizou, registramos a associação [...] (ZUMBA, 61 anos).

A noção de pertencimento territorial e identitário estabelecida com o território ao qual pertence ultrapassa a questão legal e burocrática estabelecida com os principais órgãos que dialogam e atuam diretamente na (in)viabilização dos direitos das comunidades remanescentes de quilombo, o que evidencia que a questão da luta pela terra não emerge a partir dos procedimentos jurídicos legitimados, apesar de ser um marco legal e histórico no que diz respeito ao reconhecimento dos territórios quilombolas.

Apesar disso, a propriedade coletiva da terra ainda é fundamental para garantir a manutenção dos territórios tradicionais, o respeito e a valorização à diversidade étnico-cultural presentes em um país multirracial e multicultural.

O título da terra é o reconhecimento por parte do Estado da presença de comunidades quilombolas no território brasileiro e a garantia do direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988, que, no seu artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prevê o título definitivo da terra as comunidades quilombolas. Nesse sentido, Gusmão (1999, p. 146) expõe: “o espaço da terra torna-se assim espaço de uma existência material e imaterial, onde cria e recria a cultura própria. No espaço da terra, a vida se faz plena, nela a produção e reprodução da vida define a sua gente, os do lugar.”

No que diz respeito à discussão acerca da luta jurídica pela terra, enquanto território tradicional, as comunidades quilombolas carregam um histórico de luta que é coletivo e que visa garantir a titulação dos territórios que ocupam. Nesse sentido, a comunidade quilombola de Santiago do Iguape luta oficialmente pelo título da terra desde 12/05/2006, período este que recebeu a certidão de autorreconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares e, logo em seguida, solicitou junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) à titulação do território.

Vale ressaltar que o fato da comunidade ter recebido a certificação apenas em 2006 não significa que a luta fundiária de Santiago do Iguape não anteceda esse período. Além disso, é importante salientar que não há registro e/ou relato etnográfico acerca de algum título coletivo das terras nas comunidades pertencentes

ao município de Cachoeira. Apenas, pode-se afirmar que, consta no site do INCRA²⁰, as informações de abertura de processo para titulação do território quilombola, totalizando um quantitativo de dez comunidades quilombolas do entorno que aguardam o título da terra, incluindo Santiago do Iguape.

A partir da consulta realizada no site da Fundação Cultural Palmares²¹, a primeira comunidade certificada foi em 2004 e o primeiro processo de abertura no INCRA é iniciado em 2006. A partir do panorama apresentado, nota-se que as etapas para titulação do território são lentas, burocráticas e não são cumpridas conforme a legislação vigente, dando margens a intensificação e, às vezes, até ao acirramento de interesses antagônicos na disputa pelo território tradicional, a partir dos diferentes sujeitos que pleiteiam esses territórios, complexificando e inviabilizando a consolidação dos trâmites jurídicos.

Diante desse cenário, é necessário compreender como se deu ocupação do território de Santiago do Iguape, como também os conflitos fundiários e territoriais que emergem e a resistência da comunidade em prol desse território em disputa. Para isso, iremos montar o quebra-cabeça dos fragmentos da história da comunidade, a partir de relatos etnográficos, conversas informais e através da minha observação participante.

²⁰Fonte: Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária INCRA, disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/quadro_geral_andamento_dos_processos_quilombolas.pdf

²¹Fonte: Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/lista-das-crqs-certificadas-ate-23-02-2015.pdf>

3. OS “FRAGMENTOS” DA HISTÓRIA DE SANTIAGO DO IGUAPE

3.1 QUEM SÃO OS “DONOS” DA TERRA?

Aqui foi usina de cana-de-açúcar, muitos escravos se acabaram aqui, vieram de outros países pra trabalhar com a cana-de-açúcar, muitos escravos moraram nas tocas do pau, na oca das pedras, se organizaram pra fazer e se defender com o maculelê²², com a capoeira e o samba de roda [...] (ZUMBA, 61 anos).

Santiago do Iguape é uma comunidade quilombola que se autorreconhece desde 12/05/2006, sendo considerada o maior distrito do município de Cachoeira/BA. Santiago é constituída por pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, pequenos e pequenas agricultores, comerciantes locais e possui uma população de 4.843 mil²³ habitantes. Há uma forte presença de algumas espécies marítimas na localidade, dentre elas: o peixe, o camarão, o marisco, siri, ostra, o sururu, dentre outros. Os moradores e moradoras também desenvolvem algumas atividades ligadas ao cultivo, como a plantação de milho, feijão, aipim, quiabo e abóbora. Também é comum a criação de animais, principalmente, o boi e o cavalo.

O acesso para Santiago pode ser realizado de duas formas: pela via terrestre ou marítima. Neste último, só através de embarcação particular, no caso do uso do transporte coletivo, o sistema de transporte até a vila é disponibilizado apenas duas vezes ao dia, tendo os horários específicos e, dependendo do dia da semana, há alteração no fluxo. O embarque para Santiago pode ser realizado na sede do município de Cachoeira ou no município vizinho de Santo Amaro da Purificação.

O formato de Vila é uma característica simbólica da comunidade, a distribuição socioespacial das casas revela elementos de sociabilidade presentes em Santiago, assim como a constituição das relações de parentesco e afinidades. A pavimentação da Vila é de paralelepípedo, sendo muito comum nas imediações, inclusive, na sede do município, uma herança do urbanismo colonial.

Até chegar a Santiago, passamos pela entrada de comunidades quilombolas circunvizinhas que compõem a Bacia do Iguape, além disso, é notória a presença de

²²É uma manifestação cultural de origem indígena e africana.

²³Informações obtidas a partir de conversas informais com os moradores da Comunidade, diante da indisponibilidade dos dados oficiais das comunidades quilombolas do município de Cachoeira/BA, no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

diversos hectares de terra cercados, constituindo os latifúndios que estão presentes na região, há uma forte presença do cultivo de animais e práticas de plantação, mas não foi possível identificarmos qual a predominância dos cultivos. A partir da visualização do mapa abaixo, é possível perceber a localização de Santiago do Iguape e das comunidades circunvizinhas.

Figura 1- Localização dos Engenhos na região do Iguape.



Fonte: Cruz (2012).

Outro fator relevante é a presença das ruínas da fábrica da Acatinga nas imediações da comunidade de Opalma²⁴, a fábrica que produzia dendê e sabão e movimentava a economia local, garantindo emprego para uma quantidade significativa de moradores.

²⁴Comunidade quilombola da região do Iguape.

Figura 2- Antiga Fábrica da Acutinga.



Fonte: Milena Machado (2014).

Atualmente, a estrada é pavimentada, mas não possui energia elétrica, o que dificulta a mobilidade das comunidades, já que o transporte coletivo não entra na comunidade e, sim, na estrada de acesso. A distância de Santiago para a sede do município é de 40 km e para Salvador é de 110 km. Além disso, a construção da estrada foi em 1970. Anteriormente, o acesso para a localidade só era possível por via marítima, através dos saveiros.

Figura 3- Estrada de acesso para Santiago.



Fonte: Milena Machado (2014).

A maioria das casas é de alvenaria. São raras as que ainda são de taipa. Em relação aos serviços, a comunidade possui um Programa de Saúde da Família (PSF), um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Quilombola, serviço de convivência para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil (PETI), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), três escolas da rede pública, sendo duas municipais e uma estadual, o cartório e o posto policial foram desativados. O serviço de energia elétrica é oferecido na comunidade desde 1972. O saneamento básico ainda encontra-se em processo de implantação, sendo, na maioria das casas, o sistema de fossa nos quintais. A coleta de lixo é realizada diariamente.

Figura 4- A comunidade de Santiago do Iguape.



Fonte: Milena Machado (2014).

As atividades pesqueiras são realizadas de forma artesanal e possuem uma tradição geracional na comunidade, os pescadores e as marisqueiras realizam diariamente esta atividade, carregada de histórias, vivências e transformações ao longo de suas vidas. No período que estive no campo, pude acompanhar a dinâmica dos trabalhadores e trabalhadoras da maré.

A pesca, que eu mesmo passei aqui no porto, o quilombo, a roça, graças a Deus, sempre a roça, o supermercado de Deus que é o mar, que ninguém pode impedir. A terra, que a gente está labutando para garantir nosso objetivo, que é a titulação da terra, que a gente tenha como sustentar nossas famílias, para não estar importando coisas, isso nunca ocorreu aqui. A mandioca, a farinha de outro lugar, o aipim, a banana, a batata, isso a gente sempre teve aqui. (ZUMBA, 61 anos)

O interlocutor reafirma os elementos mais marcantes da identidade coletiva presentes na comunidade. A foto abaixo registra a chegada da pescaria no Porto de Santiago do Iguape.

Figura 5- A pescaria



Fonte: Milena Machado (2014).

A maioria das marisqueiras e pescadores costuma “ir pra maré” nos mesmos horários, diariamente, de acordo com o ciclo das marés. Normalmente, a mariscagem é realizada com a maré baixa e não demanda a utilização das canoas²⁵. As mulheres realizam a mariscagem no mangue das imediações, carregam um balde e uma colher para realizar a prática da mariscagem. Não existe um ponto de apoio para realização do trabalho ou até, mesmo, um local para armazenamento dos produtos. As marisqueiras vivenciam, diariamente, a exposição ao sol, a lama e a dificuldade de transportar todos os mariscos obtidos na maré para as suas casas. Normalmente, elas colocam um pano sobre a cabeça e, logo depois, o balde com os mariscos (sururu, ostra, dentre outros).

²⁵Barco feito a madeira e de forma artesanal, pode ser utilizado para a pesca, como também para outros fins, exemplo: mobilidade, passeio turístico.

Figura 6- As marisqueiras de Santiago do Iguape.



Fonte: Varal Tour (2013).

Os pescadores costumam se reunir logo bem cedo no porto, costuram a rede, compartilham experiências, discutem assuntos cotidianos, falam sobre política, bolsa família e assuntos mais gerais. Habitualmente, eles ficam sentados em canoas que estão quebradas, na parte de cima da maré, inclusive, alguns não realizam mais a prática da pesca. No período que estive na comunidade, percebi que a presença dos homens no porto era majoritária. Pensando nisso, questionei a um pescador o motivo da ausência das mulheres nas imediações do porto e recebi a seguinte resposta: *Depois desses benefícios, dificilmente você vê marisqueira, e quem é pescador de camarão, no período do defeso²⁶, também não costuma pescar²⁷.*

Ao argumentar que a ausência das mulheres justifica-se pelo recebimento do Benefício do Programa Bolsa Família, o pescador reforça a ideia de que o benefício supre todas as necessidades da família, e, ao mesmo tempo, naturaliza a ideia de que o benefício social acomoda os beneficiários, retirando-os ou diminuindo o fluxo da sua atividade laboral e, ainda, desvaloriza o trabalho das marisqueiras,

²⁶Período de reprodução do camarão, sendo proibida a pesca, a comercialização ou industrialização do crustáceo. Durante este período, os/as pescadores/as recebem o auxílio defeso, no valor de um salário mínimo vigente.

²⁷Nas idas e vindas ao porto, realizava conversas informais com os pescadores e marisqueiras. O relato não foi através de entrevista.

reproduzindo o machismo presente na sociedade patriarcal, que também se faz presente no mundo do trabalho da maré de Santiago do Iguape. As condições de trabalho que as mulheres marisqueiras vivenciam são precárias e vulneráveis. Elas ficam expostas às condições climáticas tropicais, ao contato diário com a lama das marés, sem nenhum tipo de proteção ou segurança²⁸.

O argumento exposto acima fez emergir algumas inquietações em relação à ocupação desse espaço de forma desigual. Em virtude disso, passei a observar o fluxo das pessoas nas imediações do porto, os horários e a dinâmica do pescador. Após alguns dias, fui surpreendida com o seguinte posicionamento de um pescador “*a maré virou*”, ou seja, o clico da maré mudou, com isso, as marisqueiras mudam seus horários, já que é estabelecido de acordo com o ciclo da maré. O fato de estar no porto, sempre nos mesmos horários, não permitia a observação da presença dessas mulheres ou observava de forma minoritária.

Ainda que a minha presença no campo tenha sido por dois meses, não foi possível aprofundar empiricamente e teoricamente algumas questões de gênero, que demandam uma análise crítica da estrutura patriarcal e machista da sociedade brasileira e a incidência nas relações de sociabilidade, costumes e práticas desenvolvidas por mulheres e homens na comunidade e, principalmente, no desempenho das suas atividades laborais.

Os pescadores começam suas atividades também de acordo com o ciclo das marés e realizam a prática com a canoa, pois eles sabem os pontos específicos de predominância das espécies dos peixes, o qual, normalmente é em local afastado. Além disso, utilizam os apetrechos²⁹ da pesca, que varia de acordo com a espécie de peixe que irá pescar. Além do peixe, eles pescam camarão, mas sempre à noite. Há a utilização de gaiola nas marés, sendo utilizado para pesca do siri. O/a pescador(a) deixa a gaiola na maré com a isca, garantindo a aproximação da espécie, o que viabiliza de forma mais prática a pescaria.

Além da atividade pesqueira, os moradores e moradoras praticam atividades ligadas a terra, são elas: a agricultura de subsistência e a pecuária, para fins de

²⁸Infelizmente, não foi possível realizar uma análise da categoria de gênero nesse trabalho, o que não permitiu aprofundar alguns relatos etnográficos e observações feitas pela autora. Apesar de reconhecer a importância dessa categoria de análise, o trabalho apresenta essa lacuna.

²⁹Instrumentos artesanais construídos pelos pescadores e marisqueiras para fins de pesca, a saber: rede artesanal, gaiola de siri, jereré, dentre outros.

complementação da renda, já que a pesca e mariscagem são as práticas que garantem a sustentabilidade da maioria da comunidade.

Por se tratar de um campo de pesquisa com subalternos, os registros de Santiago do Iguape são feitos a partir das lembranças e da memória sobre fatos, pessoas e lugares. A oralidade é utilizada como uma forma de relatar a história da comunidade e garantir a sua tradição. Por este motivo, não é possível uma linearidade nos relatos, conversas e diálogos. Há uma conexão do passado com o presente através dos fragmentos e estes formam um quebra-cabeça. Sendo assim, a memória dos/as moradores/as tem um papel fundamental na trajetória e nas experiências vividas da e na comunidade. Segundo Carvalho (2001, p.34), “a tradição das narrativas orais possui um caráter fragmentário, essa é a sua condição mais comum de apresentação. Porém são justamente esses fragmentos que falam da condição de subjetividade, que inscrevem as relações hierárquicas de poder que configuram nossa realidade.”

Pensando nisso, a relação de confiança e o vínculo estabelecido entre os/as interlocutores/as e a pesquisadora são fundamentais para compreender as lacunas e nuances dos fragmentos, que são desencadeados, sobretudo, pela falta de investimento e preocupação do Estado com este grupo populacional. Em virtude disso, inúmeras dificuldades foram encontradas no decorrer do trabalho. Inicialmente, debruicei-me com a dificuldade de obter o censo da população de Santiago, mesmo com as inúmeras tentativas de contato com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como a falta de informações objetivas e claras nos sites dos órgãos responsáveis pela execução da Política de Regularização Fundiária dificultaram o andamento do trabalho e impossibilitou a obtenção de muitos dados oficiais.

Algumas informações específicas do processo de formação do território do Recôncavo Baiano foram obtidas na obra do historiador Walter Fraga: *Encruzilhadas da Liberdade*, as demais obras encontradas abordam processos específicos vivenciados pela comunidade, sobretudo, à incidência de implantação de empreendimentos na região da Baía do Iguape.

A maioria das informações acerca da história de Santiago é fruto dos relatos, observações, diálogos, entrevistas e conversas informais. Apesar da riqueza dos relatos, há lacunas que revelam a dificuldade de garantir a memória e o registro histórico da comunidade. O que está evidente é que há estratégias de resistência,

mesmo com a invisibilidade e as dificuldades que carregam sua trajetória. Nesse sentido, os relatos sobre a ocupação do território e o surgimento da comunidade quilombola trouxeram algumas inquietações. A fala do interlocutor, a seguir, é emblemática, no sentido de apontar tais lacunas, não há datas precisas, nem certezas, tudo é fluido.

Santiago surge no ano de mil e quinhentos, de origem mais indígena. Aqui atuavam muitos índios. Com a chegada dos europeus na nossa comunidade, os portugueses até os italianos chegaram aqui, que tiveram disputa, isso foi crescendo. Mas, essa questão do Iguape. Aqui era uma Vila, se tornou comunidade e, conseqüentemente, daqui a pouco Santiago está sendo emancipada pela sua territorialidade. Então, por que é que eu falo isso? Quando você diz essa origem, hoje, Santiago do Iguape, eu digo que ele foi assim benéfico nessa mistura e que, graças a Deus, prevaleceu a força africana, se prevalecesse mais a força do branco, a gente não teria o que está tendo hoje e que bom que o índio está com a gente também, dá mais fortalecimento, (FRANCISCO, 37 anos).

Os relatos revelam elementos escravagistas carregados de contradições e lacunas, no sentido que a maioria remonta a um passado colonial, mas também as imprecisões das datas da origem da comunidade, as incertezas, ao mesmo tempo, que há um esforço para buscar na memória algo que foi contado, revela os limites das suas lembranças. Seguindo o mesmo raciocínio Adelina, 60 anos, ressalta:

Eu não tenho uma data de quando surgiu. Eu sei que começou no período colonial, nessa parte, disse que é um quilombo, eram engenhos, os escravos ocuparam a terra como refúgio e, também, pelo plantio de cana-de-açúcar, antes aqui era tudo canavial, na época da escravidão, eles vieram no plantio da lavoura que era cana-de-açúcar, por isso, eles se implantaram aqui.

A história de Santiago é feita de reminiscências, fragmentos de memória, que se repetem entorno de alguns pontos: a formação dos engenhos de cana-de-açúcar, a ocupação do território enquanto refúgio dos negros/as e os elementos constitutivos dos processos de escravização. Em alguns relatos, nota-se a incidência da presença indígena na localidade, sendo esta anterior à ocupação dos negros e negras escravizados/as e, até mesmo, à exploração e colonização da coroa portuguesa.

Santiago do Iguape foi sendo habitado por filho de negro com branco, porque muitas negras que vieram da África para trabalhar aqui, nas senzalas, nos engenhos – engenho da ponte, da praia, elas foram abusadas pelos brancos portugueses, no refúgio delas para os quilombos, muitas negras foram grávidas e lá tiveram seus filhos no quilombo e aí saiu branco, (FRANCISCO, 37 anos).

O relato do interlocutor revela, sobretudo, a miscigenação por meio de práticas de violência e opressão presentes nas relações sociais entre a Casa Grande & Senzala (2006), desnaturalizando a miscigenação ocorrida no período escravista, como ausência de preconceito, a discriminação e a subordinação.

A miscigenação ocorreu, portanto, de forma opressora e violenta e, especialmente, pela possibilidade de manutenção da mão de obra escrava. Outro fator preponderante era a escassez de mulheres brancas na Casa Grande. Apesar de reconhecer a relevância da problemática e as práticas de violência sofrida pelas negras escravizadas e as consequências nas vidas dessas mulheres e da comunidade, não irei aprofundar a discussão acerca dessa opressão.

Infelizmente, a trajetória de Santiago carrega elementos de violência em todas as dimensões da vida, desde o período de escravização até a atualidade. A partir dos relatos dos/das interlocutores/as, podemos perceber que as diversas opressões sofridas pelos seus antepassados não são distantes das vivenciadas na contemporaneidade. São inúmeras situações de negligência estatal, violações de direitos, falta de eficácia das políticas públicas, ameaças de desterritorialização³⁰, impactos socioambientais no território tradicional, dentre outras formas de violência, que acometem essa população tradicional, principalmente pela negação do direito à terra.

A tentativa de montar o “quebra-cabeça” a partir dos relatos é inquietante, mas, ao mesmo tempo, revela elementos carregados de significações e tradições de um povo que resiste e luta por condições de vida que garantam a sua sustentabilidade, respeitando seus modos de vida, sua cultura e preservando o seu território tradicional. A identidade coletiva construída a partir da terra desperta para os elementos que compõem os fragmentos e que estruturam as questões fundiárias em Santiago do Iguape. *Venha a terra, dai a terra, é a terra que dá nome ao homem, mas só merece a terra, quem nela planta e quem nela come, revela Ana, 45 anos,*³¹

A fala da interlocutora é carregada de significados e expressa o quanto a terra é simbólica para a comunidade. É nela que a comunidade produz e reproduz seu modo de vida, a cultura do lugar, os saberes e práticas tradicionais. A terra não é

³⁰Pode ser definido como uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento dos nossos territórios, havendo assim, uma perda de controle das territorialidades pessoais ou coletivas; Uma perda de acesso a territórios econômicos, simbólicos. (GUSMÃO, 2001).

³¹Os relatos foram obtidos a partir de conversas informais com a moradora da comunidade.

uma mercadoria, é fonte de sabedoria, de vida. A terra também é o lugar onde as pessoas deitam e estabelecem raízes.

Os relatos contam a história da origem das terras de Santiago do Iguape e como se desencadeou a reconfiguração do território após a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar da região do Iguape e de todo Recôncavo Baiano. A região do Iguape pertence ao Recôncavo Baiano, local considerado a principal sede da produção açucareira na Bahia, e sede exclusiva de uma produção fumageira especializada. (PEDRÃO, 2007).

Santiago do Iguape foi considerado o Engenho Central do entorno da Bacia do Iguape, a gerência administrativa³². A região da Bacia do Iguape possuía 22 engenhos de cana-de-açúcar, onde atualmente concentram-se as comunidades quilombolas existentes na Bacia do Iguape, são elas: Dendê, Caonge, Calolê, Engenho da Ponte, Calembá, Imbiara, Tabuleiro, São Francisco do Paraguaçu, Opalma, Caimbongo Velho, Tombo, Brejo do Engenho da Guaíba, Engenho Novo do Vale do Iguape, Santiago do Iguape, Engenho da Vitória e Engenho da Cruz. A forte presença dos engenhos de cana-de-açúcar nessa região também está relacionada à localização portuária privilegiada e a facilidade do acesso marítimo para a capital (Salvador) e demais cidades da Bahia.

A partir dos relatos e da bibliografia consultada, é possível compreender os processos de exploração do território de Santiago do Iguape, os elementos que estruturavam a sociedade escravagista, especificamente, dentro do contexto da comunidade e do seu entorno e, por último, as relações socioeconômicas estabelecidas entre o Engenho Central de Santiago do Iguape e os demais engenhos circunvizinhos. As contradições, tensões e conflitos que permeiam esse período histórico são relatados a partir da história oral. É a partir dela que a comunidade consegue garantir os registros e a memória da comunidade.

O Engenho Central de Santiago do Iguape estava localizado nos limites da comunidade de Santiago do Iguape, considerado a gerência administrativa da região da Bacia do Iguape, destacando-se pela forte influência que exercia na relação socioeconômica e cultural com os demais, administrando-os e gerenciando-os. Os relatos afirmam a relação direta com o Engenho da Cruz, principalmente, por conta do uso da igreja de Santiago do Iguape e do cartório, que atualmente encontra-se

³²Relatos afirmam que o Engenho Central ou freguesia do Iguape, como era tradicionalmente conhecido, era a sede da administração dos engenhos circunvizinhos, a gerência administrativa.

desativado. (CRUZ, 2012). Essa sucinta descrição histórica das relações socioeconômicas dos engenhos de cana-de-açúcar da região permite a compreensão de como se configurou o funcionamento do Engenho Central. A contextualização histórica é fundamental para compreendermos como se desencadeou a configuração das terras nessa região e a influência dessas questões na luta pela terra na contemporaneidade.

Desde o período escravagista, os conflitos fundiários e a disputa pelas terras na região do Iguape foram travados por diversos sujeitos, dentre eles, os escravos e escravas, os/as indígenas, os senhores de engenhos, os latifundiários, e, atualmente, o grande capital. A compreensão da ocupação do território de Santiago do Iguape e a reconfiguração das terras, no período de decadência dos engenhos, ganham visibilidade neste trabalho por permitirem analisar quem são os atores que ocuparam e ocupam esse território e quais as consequências desses conflitos na luta pelo território quilombola.

Para Zumba, 61 anos, o pós-abolição não significou a liberdade tão desejada por parte dos negros e negras escravizados/as. Os resquícios escravagistas ainda são reproduzidos na sociedade contemporânea. Sendo assim, ele expõe de forma inquietante:

[...] E aí, graças a Deus, que a escravidão acabou, mas eu não acredito nesses títulos que eles dizem que deram, mas a gente continua sendo escravo. Embora que, hoje, a gente tenha um pouco mais de coragem para lutar pelos nossos objetivos e estamos lutando [...] (ZUMBA, 61 anos).

O interlocutor afirma a sua indignação e insatisfação em relação à forma como foi conduzido o processo abolicionista, a negação dos direitos aos “cidadãos e cidadãs livres”, a usurpação do direito à terra e a inexistência de políticas públicas que garantissem a sustentabilidade dessa população que vivenciava esse momento de transição da condição de negros e negras escravizados/as para “cidadãos/as livres”. O elemento mais pulsante na fala do interlocutor é sem dúvida a falta de acesso à terra. Não ter o reconhecimento do território tradicional é vivenciar outras formas de escravidão, é não ter a liberdade em sua totalidade, é viver de forma vulnerável e em risco e, por último, é sofrer ameaças constantes no seu território. Para Gusmão (1999, p. 340),

A escravidão pesada, hoje, identificada como não ter terra, ser dela excluído, é pensada, também, com relação à força de trabalho do homem negro, que não tendo terra, só tem por alternativa ser assalariado. Não trabalhar pra si, é sinônimo de “servidão” a que se é “obrigado”. Ter uma terra, mesmo que eventualmente se assalarie, é poder ser dono de si e contar com a condição camponesa e com a coletividade de que se faz parte. É poder contar com uma terra, para qual sempre se volta, porque é aí seu lugar.

A desmistificação dessa “liberdade” que esteve atrelada à decadência dos engenhos de cana-de-açúcar, as leis abolicionistas que garantiam, de certa forma, um fortalecimento dessa população no que tange ao reconhecimento dos seus direitos e, por último, a proibição do tráfico negreiro em 1850, que desencadeou na falta de mão de obra escrava e a impossibilidade de garantir a produção do sistema escravista. Esses fatores evidenciam, que, antes mesmo da abolição, a estrutura do sistema escravagista já vivenciava uma crise econômica e a intensificação das formas de luta e resistência por parte da população escravizada, o que influenciava na baixa produção, na resistência ao trabalho, na quebra de ferramentas e na perda do controle e da regulação do sistema escravagista por parte dos senhores de engenho.

Apesar de terem passado 126 anos após a Abolição da escravidão e, mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que prevê o artigo relacionado à regularização fundiária dos territórios das comunidades remanescentes de quilombo, a realidade e as dificuldades enfrentadas por elas para garantir a sua sustentabilidade e o seu território tradicional não são distantes dos impasses que seus ancestrais enfrentavam no período da escravagista, mesmo com o avanço na legislação, da política de regularização fundiária para territórios quilombolas. As comunidades vivenciam a burocratização e pouca efetividade na execução dos trâmites necessários para titulação definitiva. Munanga; Lino (2006, p. 107) argumentam:

No Brasil, os grupos empobrecidos e descendentes de escravizados, apesar da abolição da escravatura e da Proclamação da República, continuaram a viver em completa e violenta desigualdade. Contudo, não só de opressão vivia o povo. É importante lembrar que a movimentação, a reação e a resistência que fazem parte da história do negro brasileiro constituem momentos importantes da história do Brasil.

As histórias dos subalternos são contadas de várias formas, na maioria das vezes, não seguem uma forma linear e não possuem um fio condutor que

conecta facilmente os relatos, estabelecendo uma conexão com o passado e o presente, mas é justamente essa singularidade que revela a trajetória que contém afetos, personagens e lembranças de outrora. O silêncio, às vezes, expressa algo que não quer ser lembrado ou que se tenta esquecer. A lembrança é a tentativa de não esquecer o que é simbólico, o que carrega uma trajetória, uma vida repleta de mitos, ritos e lendas. Para Gusmão (2001, p. 338),

Lembrar tem sido o caminho pelo qual, através da memória, institui-se a história própria, marcada por uma terra que é e tem sido lugar de força e energia. Lugar que define ao sujeito negro, não como um negro genérico, um negro de qualquer lugar, mas negro de uma terra que se tem, de uma terra que se possui. Negro desse ou daquele lugar.

Os fragmentos da história de Santiago unem-se a outros fragmentos, que compõem as histórias de vida desse grupo populacional, marcado pela invisibilidade, pelo esquecimento histórico e pela falta de registros oficiais sobre as suas vidas. As vozes dos/as subalternos/as se entrelaçam na oralidade e permitem que através das lembranças e da memória essas histórias não se apaguem no tempo.

3.2 O CAMINHO PERCORRIDO

As lembranças, os relatos e a trajetória familiar na Vila de Matarandiba³³, comunidade de pescadores e marisqueiras e local de origem da minha família materna. Lembro-me da infância e, principalmente, do período das férias escolares, passei, a maioria delas, no convívio familiar e comunitário na Vila. Nesses momentos, recordo-me bastante de alguns relatos, da tradição da vila, das festas populares, das manifestações religiosas, mas, principalmente, da história carregada de muita resistência da minha família materna e dos demais moradores do local. A vila é uma comunidade pesqueira, que também vivenciou, na década de 60, a implantação de um grande empreendimento no seu território, a empresa Dow Química³⁴, responsável pela mineração de sal-gema³⁵.

³³ Localizada na contracosta do município de Itaparica/Bahia.

³⁴ A Dow Chemical Company é uma multinacional norte-americana de produtos químicos, plásticos e agropecuários, atuando em vários setores.

³⁵ Matéria-prima para a produção de cloro e soda cáustica.

Os moradores vivenciaram inúmeras ameaças de desterritorialização do seu território e, mesmo permanecendo no local, não deixaram de sofrer os impactos socioambientais e as inúmeras conseqüências em decorrência destes.

A relação familiar e comunitária com Matarandiba despertou inquietações no que concerne às condições de vida e de trabalho dos pescadores e marisqueiras, o direito ao território e o processo de cercamento que a comunidade vivencia. Para chegar à comunidade, há um portão com segurança, que faz o controle da entrada e saída das pessoas para comunidade, o mesmo realiza a abordagem e a identificação, permitindo o acesso à Matarandiba. O objetivo desse controle é garantir a identificação das pessoas que terão acesso à multinacional, já que a mesma fica no decorrer da estrada que permite o acesso à comunidade.

Notei que a minha história e de minha família se encontram com a de Santiago do Iguape. A identidade coletiva da comunidade tem muito a dizer sobre os processos de reconstrução ao longo de processos de ameaça no território, principalmente, pela implantação do empreendimento, que teve como principal conseqüência as alterações nos modos de vida e no ecossistema marítimo, desencadeando a extinção e/ou diminuição de diversas espécies marítimas, além dos impactos territoriais e sociais desencadeados na comunidade.

O vínculo com a comunidade de Santiago do Iguape se constrói a partir da relação de identidade com as comunidades pesqueiras, com a dinâmica de trabalho das marisqueiras e pescadores e as inúmeras dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores e trabalhadoras, principalmente, no que tange às inúmeras ameaças de desterritorialização do território tradicional, os conflitos territoriais e fundiários e à implantação de empreendimentos no território.

Pensando nisso, optamos por realizar uma etnografia, já que esta metodologia com suas especificidades demanda um tempo de mergulho no campo, o que permite a observação e um diálogo contínuo com os interlocutores, estabelecendo vínculos com os sujeitos da pesquisa, permitindo compreender os processos históricos vivenciados por estes, sobretudo, as relações de sociabilidade e troca.

Na condição de pesquisadora, que carrega uma “bagagem” cheia de opiniões preconcebidas acerca das questões abordadas na pesquisa, o método escolhido

permite esse “despir”, um “mergulho” no campo, a condição de observadora que participa e se sente presente no cotidiano das pessoas que vivem na comunidade.

A aproximação e a vivência em comunidade quilombola teve início na graduação quando desenvolvi o trabalho de conclusão de curso nessa mesma comunidade quilombola, naquele momento o tema foi “*O protagonismo da mulher quilombola da Vila Santiago do Iguape: Luta e resistência num espaço secularmente excluído*”. Tal estudo exigiu idas e vindas, que geraram uma aproximação com a comunidade quilombola e novas inquietações emergiram, principalmente, em relação ao processo de luta e resistência da comunidade em torno da titulação da terra. No período dessa pesquisa, optei por uma metodologia que não foi o método etnográfico, realizei apenas entrevistas semiestruturadas com os nativos e permaneci pouco tempo no campo, o que limitou o trabalho em vários aspectos.

A partir do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), repensei o processo e o percurso metodológico adotado anteriormente e iniciei a busca por um método que permitisse um “mergulho” no campo, principalmente pelas lacunas apresentadas no trabalho anterior. Dessa forma, tentei me apropriar acerca da etnografia, com suas virtudes e vicissitudes.

As reflexões acerca do caminho percorrido na pesquisa e a compreensão do fazer etnográfico, que desmistifica a concepção da etnografia apenas como método, e que esta não se inicia apenas com o trabalho de campo, mas sim, no momento que a/o pesquisadora/o decide o seu objeto de pesquisa e inicia a busca por informações acerca da temática. Sendo assim, Uriarte (2012, p. 4) afirma,

Esse “modo de acercamento” ou “mergulho” tem suas fases. A primeira delas é um mergulho na teoria, informações e interpretações já feitas sobre a temática e a população específica que queremos estudar. A segunda fase consiste num longo tempo vivendo entre os “nativos” (rurais, urbanos, modernos ou tradicionais); esta fase se conhece como “trabalho de campo”. A terceira fase consiste na escrita, que se faz de volta para a casa [...]

Pensar a etnografia para além do método foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho, por se tratar também de teoria, ela deu subsídio para o referencial teórico e o diálogo com os autores pós-coloniais e, sobretudo as reflexões de Carvalho acerca da possibilidade de realizar uma etnografia na perspectiva dos sujeitos historicamente subalternizados e invisibilizados. Carvalho (2001, p.34) aborda que

Aqui nossa estratégia [...] é de inscrever as obras (conjuntos de fragmentos) anônimas de nossas populações. E o ato de inscrevê-las não deve ser entendido como um ato neutro, puramente acadêmico. O efeito das narrativas deve fazer-se sentir, primeiro de tudo, no próprio etnógrafo: ele deve deixar-se impactar por um discurso que se apresenta como estranho, distante, inacabado, inadequado... porém desenraizado, pária, desimpedido, aberto à alteridade, com uma vocação irredutivelmente universalizante.

No que concerne à imersão no campo, permaneci dois meses na comunidade. No primeiro momento, tentei acompanhar a dinâmica da comunidade, participei dos espaços organizativos, das reuniões comunitárias e, até mesmo, das reuniões institucionais. Apesar de já ter um vínculo com a comunidade, percebi, em vários momentos, que estar no campo vai além da tentativa de coletar de dados ou uma simples observação do outro, da sua cultura e do seu modo de vida. A imersão no campo exige esse mergulhar, uma observação atenta aos detalhes e, sobretudo, um tempo no campo. Para Uriarte (2012, p. 4)

O trabalho de campo antropológico não pode ser de umas horas, alguns dias, umas semanas ou finais de semana, quando sobra tempo dos compromissos da universidade. A “sacada” advém do tempo em campo, pois só o tempo é capaz de provocar um duplo processo no pesquisador: por um lado, conseguir relativizar sua sociedade e, por outro, conseguir perceber a coerência da cultura do outro.

Pensando nisso, o trabalho foi norteado por um plano e um protocolo de observação, que teve como objetivo focar nos principais aspectos e elementos a serem observados em lócus, dando subsídio ao trabalho etnográfico.

De modo complementar, foi acionado, enquanto procedimento metodológico, a realização de entrevistas semiestruturadas com interlocutores (as), moradores e moradoras com perfis diferenciados, marisqueiras, pescadores e lideranças comunitárias, o que me permitiu um aprofundamento das observações e das questões que ficaram em aberto. Por este motivo, este instrumento foi elaborado após certo período de observação em lócus, o que viabilizou a construção desses roteiros a partir do meu olhar como pesquisadora em relação ao campo, a dinâmica da comunidade, do vínculo construído com os sujeitos da pesquisa, dentre outros critérios fundamentais para a construção da etnografia. Geertz (2008, p. 20) argumenta que,

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas, e comentários tendenciosos, escrito não com sinais

convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.

Além do plano e protocolo de observação, foram construídos os diários de campo, permitindo, dessa forma, o registro diário das observações, dos relatos e impressões das observações no campo. Realizei também as gravações das entrevistas, reuniões, encontros e momentos diversos na comunidade. No retorno do campo, realizei um novo mergulho, agora nos registros, entrevistas e diários de campo. Com isso, debruicei-me nos relatos, diálogos, lembranças da comunidade, a relação de sociabilidade e troca estabelecida com os sujeitos da pesquisa, o perfil dos/as interlocutores/as, os gestos, possibilitando uma apreensão das categorias centrais do trabalho. Nesse sentido, a identidade coletiva foi fundamental para compreender quais são os critérios de pertencimento que são definidos pela comunidade.

3.3 O QUE É SER “QUILOMBOLA”?

[...] Nasci, me criei, vivi aqui, questão de família, de raízes, de passado, do presente, (ZUMBA, 61 anos).

O trecho de fala acima revela a relação de identidade que é construída a partir do território. Esse é um dos elementos centrais do trabalho, apesar das lacunas e nuances acerca da construção da identidade coletiva, o território desperta nos/as interlocutores/as a ideia de pertença, que dialoga com a ocupação do território pelos seus ancestrais e vincula-se ao presente a partir das estratégias de resistência para permanecer neste território tradicional. Para Rubert (2007, p. 338), “o passado e presente não se entrecruzam ao acaso, mas por meio de experiências concretas”. Pensando nisso, o território simboliza a trajetória e as experiências vividas pelas pessoas da comunidade, as suas relações de sociabilidade, de troca, com os seus e os demais e a forma como eles se veem no mundo. Instados a falar sobre a memória e a identidade coletiva, os elementos que unem e que distanciam dos interesses coletivos, os/as interlocutores/as comumente apontavam para os elementos convergentes do grupo, *a questão da terra, lavrador, as pessoas que toda vida trabalharam plantando, roçando, mariscando, toda vida sempre teve aqui*, pontua Aqualtune, 31 anos. A fala da marisqueira expressa os elementos que

carregam uma simbologia e um significado na identidade coletiva. Seguindo a mesma linha Adelina, 60 anos, argumenta:

Eu acho que as culturas dos povos passam de pai pra filho, muita coisa. Aqui a questão da pesca, de costurar a rede, de fazer a rede, a questão católica também, religiosa também, tanto do catolicismo, como do candomblé. Toda essa cultura que envolve os grupos afros, a capoeira, eu acho que é isso, o samba de roda.

A interlocutora traz além da prática da pesca, os elementos culturais, religiosos, a música e a dança de origem africana, dentre outros elementos que compõem a identidade do grupo e formam o patrimônio histórico e cultural da comunidade. Nesse trecho de fala, destaca-se a ênfase dada à religião católica e ao candomblé. No que tange aos elementos religiosos, não foi um elemento marcante na fala da maioria dos/as interlocutores/as, mas, a partir da observação no campo, pode-se perceber a influência da religião católica na comunidade. A Igreja Católica de Santiago do Iguape foi construída em 1604, pela mão de obra escrava, e, apesar do nome da comunidade ser de origem indígena³⁶, “São Tiago do Iguape” é o padroeiro da comunidade desde o período escravagista. No decorrer das entrevistas, a maioria das/os interlocutores declarou-se católico, mesmo que não seja praticante, para os/as moradores/as da comunidade há uma relevância simbólica associada ao padroeiro da comunidade.

Claro está que o catolicismo permeou os processos de escravização e evangelização de alguns grupos sociais e isso é determinante na reprodução hegemônica na contemporaneidade. Os/as africanos/as escravizados não tinham direito de cultuar as suas religiões de matrizes africanas. Esse fator é determinante para compreender os processos de invisibilidade e preconceito sofridos na atualidade. Apesar da tradição das religiões de matrizes africanas por um pequeno grupo religioso da comunidade, há uma invisibilidade e uma discriminação por parte da maioria. Não houve nenhum(a) interlocutor/a que se declarasse protestante, apesar da presença massiva deste segmento religioso em Santiago. A fala de Adelina, 60 anos, reforça a ideia dos elementos de pertença construídos pela comunidade.

³⁶Segundo o relato do interlocutor Francisco, a origem do nome Santiago é indígena e significa bacia de água.

Muitas coisas são passadas de geração em geração, a questão étnico-cultural, a questão do samba é uma coisa muito forte mesmo na comunidade, que vem de geração em geração, que vem mesmo da escravidão, tem muitas coisas assim, a tradição deles, a maneira deles serem, de viverem. (ADELINA, 60 anos)

A identidade cultural da comunidade é marcada pela presença do samba de roda e do samba chula, a capoeira, o maculelê, ritmos que carregam uma ancestralidade africana, principalmente, pela predominância percussiva, dos tambores, do atabaque, do agogô e do berimbau. Os grupos juninos também se destacam na comunidade, duas quadrilhas³⁷ mantêm a tradição no Iguape.

Tais elementos carregam a história do lugar, do povo e a relação estabelecida com o território que pertence. A preservação de uma tradição que é repassada a cada geração, através da história oral e das lembranças. Nesse sentido, Gusmão (2001, p.338) afirma:

A história do negro brasileiro, em particular do negro que se fez camponês, demanda a compreensão de um tempo de existência, que diz respeito ao presente das comunidades negras, mas diz respeito também ao seu passado, à sua origem que nos é contada por fragmentos. Fragmentos prenhes de vida, repletos de histórias, partes integrantes da memória e da tradição. Que significados comportam? Que sentidos se fazem contidos por eles e por que existem como lembrança?

O argumento da autora revela a peculiaridade da história do negro. A linguagem oral é a única forma de reconstituir a história do grupo. Seguindo o mesmo raciocínio, Mello (2012, p. 51) afirma:

[...] Há um custo em ser quilombola no Brasil, como ignoram o fato de que o caráter recente da identificação quilombola é congruente com as experiências históricas desses grupos. Dito de outro modo, e como se pode depreender de várias etnografias, nem o imediatismo político nem as identificações primordiais são suficientes para compreender a “emergência dos remanescentes”.

O argumento do autor desperta uma problemática atual para as comunidades quilombolas no Brasil, a identidade atribuída a partir do dispositivo constitucional. O Estado institui os critérios de reconhecimento das comunidades quilombolas, ou seja, há uma imposição e uma arbitrariedade nos trâmites jurídicos e políticos de reconhecimento dos territórios tradicionais, a exigência de adequação ao conceito genérico de “remanescente de quilombo” carrega elementos fundamentais para

³⁷O Grupo Raízes e o Grupo Ritmos e movimentos, quadrilha girassol do Iguape.

compreender a diferença entre a estratégia política do Movimento Negro Unificado (MNU) para garantir que o Estado reconheça os territórios quilombolas e a identidade coletiva construída por esse grupo populacional, que antecede a emergência dos artigos constitucionais da Carta Magna. Arruti (2008, p. 48) ressalta que:

A autoatribuição do rótulo quilombola é a construção da mediação entre as experiências locais e a categoria jurídica, o código do Direito e a língua do Estado, e autoatribuição étnica é resultante de interações horizontais e contrastantes entre grupos em interação.

Os procedimentos de classificação e de autoatribuição que são relevantes para as comunidades quilombolas são construídos e/ou reconstruídos por essas coletividades a partir das suas experiências de vida, dos conflitos e tensões que permeiam as relações com os seus e os demais. A pluralidade da formação dos territórios negros é histórica, diversa e particular. Sendo assim, Francisco, 37 anos, reafirma:

Meu Deus, eu vim de uma mãe, que veio de uma avó, então eu sou quilombola, sim, eu sou quilombola não porque as terras foram descobertas agora e vão ser tituladas, não, eu sou quilombola por um passado e que, graças a Deus, veio em evidência agora, que bom, mas não é por evidência não, é por sentimento, por pertencimento.

O trecho de fala acima revela o lugar de fala do interlocutor. A noção de identidade não está associada aos dispositivos constitucionais, aos procedimentos jurídicos e políticos que abarcam a regularização fundiária, mas sim, a conexão do passado com o presente, o sentimento de pertença, a continuidade das gerações que simbolizam uma tradição e permitem essa identificação quilombola. Seguindo outro posicionamento, Luíza, 40 anos, argumenta: *eu acho que a comunidade não tem consciência do que é ser quilombola, do que é fazer parte de um território quilombola.*

Para a interlocutora, os processos de luta em Santiago do Iguape são individualizados em detrimento da luta coletiva, existe uma falta de união e diálogo entre as pessoas, todos esses elementos influenciam na sua percepção acerca do que é ser quilombola. Apesar de reconhecer a luta de alguns grupos pelo território, afirma que há um direcionamento político-partidário pelos representantes da

associação, há uma falta de diálogo e articulação entre eles. Luíza, 40 anos, ainda complementa:

Se for falar sobre quilombola com a maioria da comunidade, a maioria vai perguntar o que é ser quilombola? O que é fazer parte de um território quilombola? Na verdade, eu entendo pouco sobre esse assunto de quilombo, titulação, território quilombola. Eu percebo que tanto em Santiago do Iguape e nas outras comunidades ribeirinhas têm algumas pessoas que buscam isso, mas no seu individualismo, cada uma dentro da sua comunidade.

O relato da interlocutora é emblemático ao afirmar que a maioria dos/as moradores/as não sabe definir o que é ser quilombola e o que é fazer parte de um território quilombola. Não existe uma definição genérica do ser quilombola, a questão conceitual do termo “remanescente de quilombo” é problemática para apreensão da comunidade de categorias externas que não dialogam, na maioria das vezes, com as experiências de vida da comunidade. Assumir-se quilombola ou não é carregar a história do lugar, suas tensões e conflitos, é reconstruir a trajetória de vida dos ancestrais, é lembrar situações de violações de direitos em todas as dimensões da vida, mas também é criar formas de resistência, é ocupar um território secular, mantendo tradições e costumes. Sendo assim, Gusmão (2001, p. 339) afirma:

Assim, negar-se e assumir-se como negros faz parte do movimento contínuo de refazimento de si mesmo, frente a necessidades e lutas que lhes deram à condição de “videntes”, capazes de produzirem a vida e se reproduzirem, frente a outros grupos, frente a um mundo hostil. A hostilidade, violência e conflitos em que, tais grupos têm sobrevivido, marcam a condição quilombola dos mesmos, mas do que ser ou não originário de um quilombo que, de fato, tenha existido.

A identidade coletiva de Santiago do Iguape é permeada por diversos aspectos de classificações coletivas. Claro está que a comunidade de Santiago do Iguape tem o sentimento de pertença com o seu território. Essa autoatribuição pelos próprios sujeitos define os critérios políticos organizativos que norteiam a mobilização do grupo. Segundo este caminho, é pertinente as seguintes indagações: Quais são as estratégias de lutas e mobilização política na Comunidade Quilombola de Santiago do Iguape? Quais são os critérios e quem são os sujeitos que participam da luta coletiva em prol do território tradicional?

4 A “ESCRAVIDÃO PESADA”: A TERRA, SÍMBOLO DE LIBERDADE.

4.1 A ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA ENQUANTO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA

Existe sim, tudo isso, nós precisamos de organização, de apoio, além disso, nós temos o Movimento de Pescadores e Marisqueiras e a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais que nos apoiam 24 horas, São Francisco do Paraguaçu, Rio dos Macacos, Dom Pedro, Acupe, São Braz, Santo Amaro. (ZUMBA, 61 anos)

Instado a falar da organização sociopolítica da comunidade, o interlocutor revela que existe uma organização dentro da comunidade, que é permeada pelos espaços organizativos comunitários, como também, uma articulação com outras comunidades quilombolas circunvizinhas, além da articulação mais macro, que envolve organizações em nível estadual e nacional.

O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) é formado por homens e mulheres que produzem alimentos saudáveis e contribuem para a soberania alimentar do país. O trabalho desses grupos preserva as águas, as florestas, os manguezais e a cultura dos nossos ancestrais. “Somos Pescadores e Pescadoras e lutamos para defender o nosso território”.³⁸ A comunidade quilombola de Santiago do Iguape integra este Movimento, unindo-se a outras comunidades pesqueiras, que lutam pela preservação do território tradicional, por condições dignas de sustentabilidade e pelo reconhecimento do território pesqueiro.

No que concerne aos espaços organizativos comunitários, Santiago tem três Associações locais e uma Colônia de Pesca, a saber: Associação Quilombola; Associação Cultural e Artística; Associação de Pescadores e Marisqueiras. A Associação de moradores encontra-se desativada. Além desses espaços tradicionais e organizativos, Santiago do Iguape é integrante do Conselho Pastoral

³⁸ Informações disponíveis em: <http://mpppeloterritorio.blogspot.com.br/>

dos Pescadores Regional da Bahia e também faz parte do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape.

Não foi possível acompanhar a dinâmica de todas as associações, mas foquei as observações na Associação Quilombola de Santiago do Iguape, fundada em 2006, entidade jurídica e representativa da luta pela terra, norteadora dos processos organizativos em prol do reconhecimento do território tradicional. De acordo com o Decreto Federal 4.887, tornou-se uma exigência legal a criação dessa entidade, que tem a atribuição de garantir a articulação, mobilização, fortalecimento, mediação e deliberação da questão quilombola, principalmente, no processo jurídico e político de regularização fundiária. *A comunidade se organiza politicamente. Temos reuniões da associação todo mês, primeiro sábado de cada mês, pra gente ver se conquista nosso objetivo, que é o título da terra*, pontuou Zumba, 61anos.

Em todos os momentos da entrevista, foi observada uma peculiaridade na fala desse interlocutor. Ele revela a sua preocupação com os processos de luta pela terra, a titulação do território, a articulação de Santiago com outras entidades e comunidades circunvizinhas e a sua indignação com os procedimentos jurídicos da regularização fundiária. Sendo assim, Zumba, 61 anos, revela: *O INCRA é passo de tartaruga, devagar quase parando*.

O ano de 2006 foi marcado por lutas e mobilizações em prol da terra. A Associação de Quilombola se organizou e convocou a comunidade para ocupar as terras improdutivas do antigo Engenho Brandão.

[...] A gente ocupou um pedacinho de terra, um “palmozinho”³⁹ de terra, que isso é o mínimo, a gente tá lutando pra conseguir o nosso direito. Um terço do nosso direito, que está muito abaixo do conquistado até agora, afirma Zumba, 61 anos. Vale ressaltar que, normalmente, a ocupação é realizada por uma parcela da comunidade, moradores e moradoras ligadas à associação e a mobilização política em prol da luta pela terra.

A ocupação da fazenda circunvizinha à comunidade de Santiago do Iguape é uma estratégia de resistência à estrutura fundiária do Brasil, que suprimiu o direito desse segmento populacional, favorecendo as grandes oligarquias fundiárias pelo território brasileiro em detrimento da aniquilação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. A comunidade quilombola de Santiago do Iguape carrega

³⁹Expressão utilizada pelo interlocutor que significa um pedaço de terra.

em sua trajetória uma relação de pertencimento territorial. A terra não está relacionada exclusivamente à questão fundiária, tem um valor simbólico, que perpassa os saberes dos ancestrais, as histórias de vida, a pescaria, o cultivo da terra, as plantações. Assim, todos esses elementos dialogam com a noção do seu território. Ter terra é ocupar um território próprio, é não estar condicionado aos resquícios escravagistas.

Cruz (2012) afirma que “as terras foram então ocupadas e divididas entre aproximadamente 40 núcleos familiares, que plantam para suprir suas necessidades pessoais e o excedente acaba sendo vendido nas feiras das cidades vizinhas, como Cachoeira e Santo Amaro.” A ocupação não teve o objetivo de suprir as necessidades pessoais, os interesses são coletivos e são permeados pelo posicionamento político da comunidade de resistir e ocupar os latifúndios da região, que foram anteriormente engenhos de cana-de-açúcar. É uma estratégia de mobilização em prol da terra e simboliza as formas como a comunidade se organiza para garantir o acesso à terra de forma coletiva. No caso da fazenda Brandão, foi repassada a informação que não havia documentação da propriedade, nem registros de pagamentos, além dos quilombolas considerarem as terras improdutivas e compreenderem que aquelas terras são suas por direito⁴⁰.

Nota-se que a ocupação das fazendas se dá da seguinte maneira: A associação quilombola busca informações junto ao INCRA para saber das quitações e débitos das fazendas das imediações.

As questões fundiárias em Santiago do Iguape são permeadas por tensões, conflitos e correlações de forças. Os relatos afirmam que existe um histórico de ocupação das fazendas que se encontram em débito junto ao INCRA. A divisão das terras é feita de forma coletiva, mas nem todos os/as moradores/as participam das ocupações. As questões da terra são discutidas, normalmente, nas reuniões da Associação Quilombola. A liderança da associação norteia os processos organizativos, mobiliza as pessoas da comunidade e articula a ocupação com as pessoas que integram a Associação.

A partir dos relatos, percebemos que nem todas as ocupações desencadearam no acesso à terra para a comunidade. O trecho de fala de Zumba, 61 anos, expõe os trâmites de uma das ocupações,

⁴⁰CRUZ (2012).

Tem um quê é perseguidor, que é Sanches, que a gente ocupou ali, está lá a terra até hoje sem fazer nada, uma juíza de Cachoeira deu causa ganha a ele, sem nos ouvir, porque o certo, pra se dar causa ganha, é nos ouvir, é obrigação, ela me intimou como líder. Fomos pra lá, quando ela viu o povo lá em Cachoeira, ficou com medo, não nos atendeu, marcou pra outra data e depois, quando foi no outro dia, a polícia veio e quebrou tudo nosso. Até hoje, está lá parada essa questão. Até hoje, não nos ouviu. Eu queria até conhecer essa juíza. Nem sei quem é essa ela. Tem uma terra ali, que está vazia, sem nada. A gente aqui tem família dentro de casa que quer ter seu lar. A gente se organiza, em reunião, pra gente ocupar, dividimos cada pedacinho pra fazer sua casa. Ele aí colocou a gente na justiça.

Neste caso, houve a ocupação. As/os moradores/as de Santiago iniciaram as divisões das glebas, fizeram plantação, as pessoas que ainda não tinham casa própria receberam um pedaço de terra para realizar a construção do imóvel, mas, o latifundiário recorreu à justiça e ganhou a causa. Em virtude disso, as plantações realizadas foram destruídas pela polícia e a comunidade teve que desocupar o local, sofrendo ameaças e não tendo o direito de ser ouvido pelo judiciário.

O relato acima traz elementos que revelam os conflitos territoriais de Santiago do Iguape e das imediações, quem são os sujeitos envolvidos e a forma como o Estado conduz os processos de ocupação, concedendo os direitos territoriais ao latifúndio e a propriedade privada, usurpando o direito à terra das comunidades, que historicamente ocuparam este território, vivendo na condição de escravizados (as). O favorecimento dos latifúndios reforça a estrutura oligárquica do país, evidenciando velhas práticas escravagistas que ainda se fazem presentes na contemporaneidade.

Há também outras formas de mobilização política em prol do território quilombola. A comunidade já participou juntamente com outras comunidades da ocupação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que possui sede estadual na Bahia, como também participou da audiência pública realizada no município de Salvador, nos dias 22 e 23/10/2013, com as outras comunidades quilombolas da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do Recôncavo Baiano. Esta audiência tinha como objetivo discutir soluções para os impasses da regularização fundiária, titulação e elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Estiveram presentes um total de quarenta comunidades quilombolas, entre lideranças e demais moradores, como também representantes da Fundação Cultural Palmares (FCP), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério Público Federal

(MPF). Não há registros de encaminhamentos acerca dessa audiência ou providências tomadas para agilizar os processos de delimitação, demarcação e titulação quilombola. No caso de Santiago do Iguape, não houve avanço nos trâmites, e a comunidade continua aguardando a publicação do RTID para que, posteriormente, seja emitida a titulação do território.

Figura 7: Audiência Pública sobre Regularização Fundiária



Fonte: Milena Machado (2013).

A comunidade também vem ocupando outros espaços de luta e discussão sobre a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. No II Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizada em Salvador, nos dias 24, 25 e 26 de março de 2014, foi possível perceber a forte presença das comunidades tradicionais no evento, dentre elas: comunidades quilombolas, indígenas, de fundos de fechos e pastos, ciganos, ribeirinhas, povos de santo, dentre outros povos. O tema central do evento foi a discussão sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, abordando a questão sobre a implementação de grandes empreendimentos em territórios tradicionais e as ameaças do retrocesso constitucional.

Figura 8- Congresso Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais.



Fonte: Milena Machado (2014).

A maioria dos trabalhos inscritos e apresentados no evento tinha como tema central os impasses e as dificuldades enfrentadas pelas comunidades tradicionais no processo de regularização fundiária, como também a implantação de grandes obras e/ou empreendimentos no território tradicional, o que evidencia a problemática do território e a falta de efetividade da política de regularização fundiária, fator que é uma realidade presente na maioria das comunidades quilombolas do Brasil.

Foram poucos os casos de reconhecimento da titularidade de terras ou de simples demarcação de terras, em benefício de comunidades remanescentes de quilombos. Isso seria devido, em grande medida, à inexistência de uma política fundiária homogênea para lidar com as comunidades quilombolas. O que estaria ocorrendo, na prática, seria uma série de iniciativas, de órgãos públicos e privados, variáveis casuisticamente. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO, 2002, p. 51)

Há um avanço constitucional e legislativo no que diz respeito à Política de Regularização Fundiária, mas há também um retrocesso na efetivação dessa política. Há um histórico de luta das comunidades remanescentes de quilombo por

seus territórios e as inúmeras dificuldades vivenciadas pela falta de acesso à titulação dos seus territórios tradicionais, já que o respeito a sua cidadania se inicia com a conquista da terra.

Apesar do direito fundamental à terra ser garantido por uma legislação constitucional, a maioria das comunidades quilombolas distribuídas pelo território brasileiro não possuem o título definitivo das terras e ainda há casos de comunidades que sequer foram identificadas pela Fundação Cultural Palmares. Segundo este órgão, são 4.415⁴¹ comunidades identificadas e distribuídas pelo território brasileiro, demonstrando um número significativo e a incidência maior em determinados estados.

No período em que estive no campo, participei de reuniões e, entre elas, a da RESEX, como também na Colônia de Pescadores, dentre outros espaços organizativos. No dia 12/09/2014, participei de uma oficina para caracterização do perfil tradicional da família beneficiária da Reserva Extrativista da Baía do Iguape, que tinha como objetivo discutir, junto às comunidades da RESEX Baía do Iguape, características que devem auxiliar no processo de definição do perfil da família beneficiária da Reserva Extrativista da Baía do Iguape (RESEX).

Estiveram presentes na reunião pescadores e marisqueiras da região do Iguape, a equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)⁴²- Maragogipe e equipe ICMBIO Brasília. É notória a presença das mulheres, das lideranças e dos conselheiros da RESEX. Ao iniciar a oficina, foi pactuado o acordo de convivência e as pautas relevantes que seriam abordadas no decorrer do dia. A presença das mulheres foi marcante, representando a categoria de marisqueiras, principalmente da comunidade de Santiago do Iguape. Elas participaram de forma ativa, reivindicando e posicionando-se. Na maioria das falas, houve divergência de opiniões, conflitos, mas, o debate foi construído na perspectiva de discutir os direitos aos benefícios dos pescadores e das marisqueiras que compõem a Reserva Extrativista da Baía do Iguape.

Na contramão dessa dinâmica, a interlocutora Luíza, 40 anos, revela que *a colônia está aqui desde 2005 e nunca teve uma mulher na presidência, sempre*

⁴¹Fonte: Fundação Cultural Palmares, dados atualizados em 25.10.2013. (Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/4-quadro-geral-das-crqs-ate-25-10-2013.pdf>)

⁴² Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial, foi criado no dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, sendo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio ambiente. (SISNAMA). (Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html>)

homens, mas eu acho que falta incentivo de outras mulheres ou, talvez, do próprio homem. Historicamente, as gestões das associações são presididas por homens, que são eleitos pelos moradores e moradoras que integram esses espaços organizativos. As mulheres ocupam esses espaços, reivindicam. Mas, apenas, na Associação de Pescadores e Marisqueiras é presidida por uma mulher. A partir das conversas informais realizadas na comunidade, nota-se que as mulheres são maioria na atividade pesqueira. Além disso, há uma invisibilidade das suas ações laborais e comunitárias, das práticas organizativas, desencadeando na naturalização do machismo e na culpabilização das mulheres por uma estrutura organizativa que beneficia os homens e desqualifica as mulheres. Luíza, 40 anos, ainda complementa:

Na minha visão, as mulheres têm o poder de decisão, de falar, de articular, de impor o que querem. Os homens são mais calados. Acho que os homens não têm essa essência de articular, de falar, de exigir, lutar e agora com Pan Batista aí. Única Liderança feminina da comunidade, Pan Batista preside a Associação de Pescadores e Marisqueiras, além de ser integrante do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. É ativista e participa das ações coletivas na comunidade.

Não há uma unanimidade nos relatos dos interlocutores/as acerca da participação das mulheres e homens nos espaços organizativos da comunidade. Cada lugar de fala reflete a sua vivência, e, muitas vezes, o privilégio de ocupar determinados espaços em detrimento da ausência de outras pessoas, principalmente, as mulheres. Não há uma visão macro do contexto da falta de ocupação dos espaços de poder e decisão pelas mulheres, neste caso, um espaço organizativo comunitário.

No dia 28/09/2014, participei da reunião da Colônia de Pescadores e Marisqueiras Z 52. A reunião tinha como objetivo apresentar as chapas da gestão para candidatura no ano de 2014. Apesar disso, só havia a mesma chapa que ocupa a gestão desde a fundação da colônia, sendo criada em 2005. Por ser período de eleição, o gestor decidiu direcionar a pauta da reunião para fins políticos partidários, sendo apresentado o candidato a deputado federal da região, o mesmo proferiu discurso político e verbalizou sua proposta de campanha. Estiveram presentes pescadores e marisqueiras da comunidade, o presidente da colônia, os funcionários (as) e o candidato político a deputado federal, o Zé da Pesca.

O perfil da gestão da colônia é centralizador. Não há renovação da gestão desde a sua fundação, o que acarreta uma centralização do poder, uma falta de diálogo com a Associação de Pescadores e Marisqueiras. Os conflitos entre a liderança da colônia e da Associação são visíveis. Todos esses elementos dificultam o fortalecimento da categoria de pescadores e marisqueiras, o acesso aos direitos e benefícios e, muitas vezes, favorece o privilégio dos benefícios individuais em detrimento do coletivo.

É notória a falta de diálogo das lideranças existentes na comunidade. As relações hierárquicas e a centralização do poder são elementos fundamentais para compreender a ocupação dos espaços organizativos tradicionais da comunidade.

Além disso, as questões relacionadas à titulação da terra ficam centralizadas na Associação Quilombola da comunidade, fundada em 2006, período que a comunidade vivenciou o processo de autorreconhecimento e solicitou à emissão da certidão de reconhecimento à Fundação Cultural Palmares⁴³. Com isso, compreendemos que a etapa de autorreconhecimento não foi algo construído de forma coletiva, pois a maioria dos interlocutores não sabe relatar elementos dessa etapa. *Não sei. Quando eu vim saber, já tinha decidido, acho que eles fizeram uma reunião, quando eu vi, já foi a certidão, não sei se foram pra Brasília. Tem os nomes das pessoas, afirma Adelina, 60 anos.*

O relato releva a falta de conhecimento acerca da etapa inicial de construção e diálogo para definir a partir de quais elementos a comunidade se autodefine como quilombola. Estes elementos deveriam ser construídos de forma coletiva e na perspectiva do diálogo não só entre as lideranças e as/os associadas/os, mas, entre as demais pessoas da comunidade. Aqualtune, 31 anos, opina sobre a questão,

Sim, tem a certidão, o título não. Eu participo das reuniões da associação quilombola, mas não sei fundo a fundo. Eu sou associada. [...] Como aconteceu o processo de autorreconhecimento também não. Pelo fato dos meus avôs, a gente mora aqui num território assim que é considerado quilombo.

⁴³Vale ressaltar que houve uma discussão com outras comunidades acerca da solicitação da certidão de reconhecimento do território quilombola, documento expedido pela Fundação Cultural Palmares. Entretanto, nota-se, a partir dos relatos, que sempre são os mesmos sujeitos envolvidos nas ações coletivas, descaracterizando uma construção coletiva da comunidade. Claro está que há uma centralização do poder nas gestões das associações, ao menos, algumas possuem essa característica centralizadora.

Apesar de reconhecer que essa autoatribuição é uma exigência estatal, que perpassa pela arbitrariedade dos trâmites políticos e jurídicos da regularização fundiária e que na, maioria das vezes, não dialoga com as classificações internas. Mas, o que se torna problemático no processo é a falta da participação coletiva, a não socialização das informações. A centralização das questões quilombolas, apenas na Associação Quilombola, evidencia uma problemática que limita a participação das pessoas, a construção coletiva de estratégias de luta e mobilização política. É notório que sempre são os mesmos sujeitos nos espaços comunitários e em outros locais de articulação, deliberação e participação em nível municipal, estadual e nacional.

O objetivo dessa problematização não é determinar um modelo de gestão dos espaços organizativos comunitários, principalmente, o da Associação Quilombola, que direciona e acompanha diretamente o processo de regularização fundiária, mas sim, refletir sobre como se dá a ocupação desses espaços organizativos tradicionais, o modelo de gestão, o diálogo com a comunidade e a socialização das informações relevantes para garantir e fortalecer a luta da comunidade em prol do território quilombola, quais são e como são construídas estratégias de lutas coletivas. Apesar de reconhecermos que existem estratégias de luta, resistência e mecanismos para alcançar o título da terra, não podemos naturalizar os entraves e as dificuldades internas vivenciadas nesta luta. Fazendo uma observação em nível macro, percebemos que os conflitos territoriais são travados por diversos sujeitos, o Estado, o latifúndio e o capital. Fica evidenciado que esses conflitos incidem nos espaços organizativos, na dinâmica comunitária e nos modos de vida dos/as moradores/as de Santiago do Iguape.

Nesse sentido, as estratégias de luta e mobilização política são fundamentais para garantir a preservação do território tradicional, diante das inúmeras ameaças territoriais que a comunidade de Santiago do Iguape vivencia, apesar das contradições e lacunas no processo de regularização fundiária. *Hoje, Santiago do Iguape é reconhecida como quilombo, terra quilombola. A família Rangel escravizou muita gente aqui*, afirma Zumba, 61 anos. A família Rangel é latifundiária, tendo realizado a compra do Engenho Central do Iguape, no período de decadência dos engenhos, além disso, realizou a compra de alguns lotes em Santiago do Iguape,

que tinha como objetivo o arrendamento das terras⁴⁴, ou seja, a família Rangel está presente no território de Santiago desde o período colonial, e, ainda, no pós-colonial, realiza práticas escravagistas na comunidade.

4.2 NOVOS ELEMENTOS, VELHAS PRÁTICAS ESCRAVAGISTAS: OS “FORROS DE CHÃO”

A proprietária daqui sempre foi Deus e os nossos quilombolas, mas eles dizem que foi da família deles e acham que devem cobrar. (ZUMBA, 61 anos).

O sentimento de pertença territorial enfatizado pelo interlocutor revela a sua indignação em relação às práticas escravagistas no território tradicional.

Os relatos de dois interlocutores trazem elementos fundamentais acerca dos conflitos fundiários e territoriais que carregam resquícios escravagistas ainda presentes na contemporaneidade, por exemplo, o uso do termo e da prática dos “forros de chão”, expressão utilizada pelos entrevistados para designar o pagamento anual pelo uso da terra. Historicamente, Santiago do Iguape possui uma predominância de latifúndios no entorno do seu território. Mas, existe uma família que é bastante tradicional na região, desde o período de desagregação e/ou decadência dos engenhos, a Família Rangel. Esse grupo realizou a compra do antigo Engenho Central e a obtenção de alguns lotes de terras do território de Santiago do Iguape. Para Cruz (2012, p. 5),

Cabe ressaltar que essa é uma problemática que perdura até os dias atuais, tendo em vista que as terras da comunidade remanescente de quilombos de Santiago do Iguape são forristas, ou seja, moradores da comunidade são condicionados a pagar o forro da terra para os herdeiros da família Rangel, mesmo que de forma diversificada de pagamentos ou com intensidade diferente.

Ainda segundo esta autora, Pedro Paulo Rangel comprou a fazenda de Elvira Alves Novis através de escritura pública de compra e venda lavrada no Tabelionato

⁴⁴CRUZ (2012)

de Contas em 12 de maio de 1933, com os limites que partia do lado da fazenda Catu até a fazenda Caimbongo⁴⁵.

Além disso, a família Rangel arrendava as terras para os/as moradores/as da comunidade. Os rendeiros realizavam as plantações nas denominadas terras da família Rangel e, em troca, era necessário dividir o lucro da produção com o proprietário (CRUZ, 2012).

Esses cidadãos que dizem ser fazendeiros já morreram. Os filhos, hoje, dividiram e venderam, trazendo gente de fora para aqui. E você sabe que as nossas famílias trabalharam muito pra eles? Toda semana tinha que trabalhar um dia, dia de rendeiro, dia de plantar, hoje aqui, no ano seguinte, plantava em outro lugar, sempre pagando a eles. Mas, depois que os donos morreram, aí eliminou, tiraram nossos direitos de plantar e colher daquela terra que a gente sobreviveu. (ZUMBA, 61, anos)

Para o interlocutor, a família Rangel tem uma forte influência no processo de reorganização das terras da comunidade, assim como nas relações de poder que exerce sobre as famílias de Santiago. Ainda há, por parte de algumas das famílias, a prática do pagamento dos forros de chão, sendo narrado o episódio por Zumba, 61 anos,

A família Rangel escravizou muita gente aqui. Teve uma vez mesmo que a minha mãe estava ali, caiu à parede, foi trabalhar na roça de ganho, catando quiabo, meu tio ajudou com uma camboa de ostra para a minha mãe fazer a parede e a irmã do Rangel passou e disse que a minha mãe tinha dinheiro para consertar a casa, mas não pagava o forro de chão. Humilhando a gente, porque eram brancos, e eles dizem ser os donos da terra. Se fosse hoje, a gente procurava nossos direitos. Ainda hoje, sempre eles vêm, todo final de ano, cobrar o forro de chão. Estou cansado de dizer aos/as companheiros/as que não paguem.

Ao afirmar que existia o arrendamento das terras por parte da família Rangel e como contrapartida, a comunidade dividia o lucro da produção com a família latifundiária. Há um fator central de contradição nessa afirmação. Se as terras da própria comunidade estão sendo arrendadas por terceiros, que se consideram os donos de um território definido, enquanto tradicional e reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, como comunidade quilombola. A legislação da política de regularização fundiária não está sendo cumprida, evidenciando a usurpação do direito à terra, e demais violações de direitos em todas as dimensões da vida. A terra das comunidades quilombolas é de uso coletivo e não deveriam ser utilizadas para

⁴⁵Segundo CRUZ (2012), as informações acerca da compra dos Engenhos encontram-se registradas no Fórum da cidade de Cachoeira, Cartório de Registro de imóveis, livro 2º 3 E, nº 1.485 (pg. 92).

fins de propriedade privada e/ou particular. O arrendamento não deveria ser concebido pelo Estado enquanto uma prática legitimada. Cruz (2012, p. 5) reafirma que

Com o tempo, o Pedro Paulo Rangel foi vendendo partes das suas terras, que acabou virando propriedade privada ou mesmo ocupando-as por forma de arrendamento, ou seja, as pessoas pagariam uma taxa mensal para utilizar as terras, mas não teriam a posse das terras. Uma moradora da comunidade afirma também que a família Rangel continua pagando ao INCRA pela propriedade da terra.

O segundo elemento que chama a atenção nos relatos é o forro de chão, prática escravagista naturalizada pela família Rangel, que exige dos/as moradores/as o pagamento anual pelo uso da terra. Apesar de ser uma prática antiga na comunidade, nota-se que, atualmente, algumas famílias se recusam a realizar o pagamento, em virtude do reconhecimento do seu território tradicional e do reconhecimento da sua ilegalidade.

E a gente foi nascendo como negro e já encontrou: tem de pagar todo ano. Hoje, a comunidade está resistindo e tem gente que diz: “não vou pagar mais”. Mas se a gente é quilombola, isso aqui é nosso, reconhecido como quilombola, porque que a gente vai pagar? E eu concordo em não pagar, é o direito às terras, é o direito a você morar naquilo. Quem botou terra aqui? Até na minha sã consciência não dá pra entender que alguém fez terras. Gente, é uma loucura, a gente ainda achar que esses fazendeiros da vida ocupam os territórios e se tornam donos. Quando eu nasci, as terras já existiam. Alguém se apoderou e tornou-se dono? Os índios que poderiam ser os donos. Eu ainda acho que nem os índios são donos de terra, (FRANCISCO, 37 anos).

Os elementos que configuram a estrutura fundiária de Santiago do Iguape são marcados por tensões, conflitos, relações de poder e correlações de forças. A estrutura fundiária brasileira é de base colonial e escravista. Historicamente, o território brasileiro vivenciou a exploração dos recursos naturais, o extermínio das populações indígenas, a diáspora africana⁴⁶, a escravização dos negros e negras trazidos do outro lado do Atlântico e as inúmeras formas de violações de direitos que atingiram todas as dimensões da vida desse grupo populacional, que, mesmo com o

⁴⁶ Diáspora Africana é a denominação dada a um fenômeno sociocultural e histórico ocorrido nos países africanos, caracterizado pela imigração forçada da população africana a países que adotavam a mão de obra escrava. (Disponível em <http://www.estudopratico.com.br/diaspora-africana-escravidao-e-a-populacao-negra-pelo-mundo/>).

pós-abolição, não deixou de ter uma base escravagista que estruturou o novo cenário contemporâneo. Os resquícios coloniais são determinantes para compreender a atual conjuntura que incide na vida dos povos e comunidade tradicionais. Para Gusmão (1999, p. 344),

[...] As Terras de Preto encontram-se assentadas sob regimes alternativos de posse e propriedade que como diz Berno de Almeida, hoje, se confrontam com a propriedade privada, institucional e capitalista. Trata-se de uma terra que o capital reivindica como propriedade privada e particular, que se investe de outra natureza: uma terra-mercadoria. A terra se transforma e, com ela, a vida dos homens.

A luta pela terra em Santiago é anterior à etapa de autorreconhecimento e, até mesmo, à determinação do processo jurídico-institucional para reconhecimento oficial do território, mesmo que isso não tenha sido expressado nas falas de todos os interlocutores/as nos momentos das entrevistas. A partir da observação participante e das conversas informais com os/as moradores/as da comunidade que alguns elementos são compreendidos em sua totalidade. Oficialmente, Santiago solicitou a certidão de autorreconhecimento da Fundação Cultural Palmares em 12/05/2006, através da Associação Quilombola de Santiago do Iguape. No andamento dos trâmites jurídicos, emerge, no contexto da luta pela terra, uma nova complexidade: um novo sujeito no conflito pelo território tradicional quilombola.

4.3 UM NOVO “CERCAMENTO”: A IMPLANTAÇÃO DO ESTALEIRO NAVAL NA RESERVA EXTRATIVISTA DA BAÍA DO IGUAPE (RESEX)

A comunidade não votou a favor. A comunidade toda que foi daqui foi contra. Teve um pescador de Saubara que chorou. Mas, não teve votação, não. Foi uma audiência pública pra pescador falar e ser ouvido e ouvir, por isso que eu disse a você que uma quilombola disse que tudo aquilo ali foi uma massa de manobra, que isso já estava tudo decidido. Já estava com o martelo batido, mas tinham que criar toda uma situação, (ADELINA, 60 anos).

A comunidade Quilombola de Santiago do Iguape traz, na sua trajetória política, toda uma história de luta e resistência para garantir a preservação do território quilombola e, ao mesmo tempo, luta por um desenvolvimento que respeite as especificidades enquanto comunidade tradicional, mesmo com as transformações sofridas, a exemplo da implantação da hidrelétrica da pedra do cavalo, construída

em 2005, pelo Grupo Votorantim, localizada entre os municípios de Governador Mangabeira e Cachoeira, nos limites da Reserva Extrativista Baía do Iguape. Desde 2009, a comunidade vivencia a implantação de outro grande empreendimento na reserva extrativista Federal da Baía do Iguape (RESEX), o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, localizado no município de Maragogipe, mas que abrange e interfere nos modos de vida de todas as comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, dentre outras) que vivem no entorno da Baía do Iguape. O objetivo da sua implantação é a exploração do petróleo na camada pré-sal na Baía do Iguape, com a construção de navios para processamento do aço, como também o armazenamento, a produção e a transferência do petróleo em alto mar, o que possibilita a conexão do sistema de produção do petróleo⁴⁷.

Atualmente, esta é uma das maiores preocupações das populações tradicionais do entorno da Baía do Iguape, inclusive, Santiago do Iguape, diante do histórico de comunidades tradicionais que vivenciam as ameaças territoriais e os conflitos socioambientais, por conta da concessão do Estado para implantação de grandes empreendimentos em territórios tradicionais. Evidencia as relações verticais e antagônicas entre o Estado, o grande capital e as comunidades tradicionais.

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades; enquanto as horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores. (SANTOS, 2005, p. 143).

O projeto do Estaleiro Naval na Baía do Iguape altera os limites da Unidade de Conservação da Reserva Extrativista, evidenciando uma ameaça ao território das comunidades quilombolas que fazem parte da RESEX. Portanto, “a arena da oposição entre o mercado-que singulariza e a sociedade civil que generaliza é o território, em suas diversas dimensões e escalas.” (SANTOS, 2005, p. 143). Além disso, “é nesse contexto de competição e conflito com interesses antagônicos que se verifica a reafirmação de fronteiras étnicas e do direito a um território exclusivo”. (O’DOWYER, 2002).

⁴⁷Informações obtidas no site do empreendimento. (Disponível em: <http://www.enseada.com/>)

A implantação do Estaleiro Naval na RESEX Marinha Baía do Iguape (RESEX)⁴⁸ faz parte do Programa de Governo Acelera Bahia, incluso no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, existe também uma parceria entre as grandes empresas nacionais de construção civil na implantação do Estaleiro (PROST, 2009). A Área de Influência Direta (AID) do empreendimento são os municípios de Maragogipe, Salinas das Margaridas e Saubara e a Área de Influência Indireta (AII) são os municípios de Cachoeira, São Félix e Itaparica.

A primeira etapa do empreendimento foi iniciada em maio de 2012, licenciada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA)/Nº737/2010. Esta etapa é denominada de terraplanagem⁴⁹. A segunda etapa do projeto foi iniciada em dezembro de 2012, sendo denominado de dragagem, processo de sucção do solo para aprofundamento do nível do local desejado, com o objetivo de construir o cais de atracação e o dique seco. Neste período, a pesca e a mariscagem foram proibidas na área de segurança, ou seja, na região ao redor dos 150 metros da área dragada. As comunidades que realizavam a atividade pesqueira, neste entorno, receberam um auxílio no período de suspensão das atividades na localidade. Atualmente, o empreendimento encontra-se em fase de finalização, já operando com 90% da construção da Unidade Paraguaçu concluída. Em outubro de 2014, foi concedida a licença de operação.⁵⁰

Os inúmeros impactos socioambientais, em decorrência da implantação do empreendimento estão disponíveis na análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)⁵¹, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Neste mesmo ano, foi concedido o licenciamento prévio para implantação do Estaleiro Naval, também de responsabilidade do mesmo órgão ambiental. As contradições e fragilidades presentes na análise do órgão ambiental evidenciam as lacunas do estudo, assim como as incompletudes e as estratégias políticas utilizadas pelo órgão do Estado para minimizar as reais consequências e os impactos socioambientais e territoriais

⁴⁸Segundo CERQUEIRA (2011) é um território constituído para a conservação ambiental e manutenção dos usos, saberes e modos de vida das populações tradicionais.

⁴⁹Técnica construtiva que tem como objetivo aplainar e aterrar um terreno. Esta etapa do Estaleiro foi finalizada em abril/2013.

⁵⁰As informações sobre as etapas do Estaleiro Naval foram obtidas no período de trabalho de campo em 2014, podem estar defasadas em relação à etapa atual.

⁵¹Fonte: Estudo de Impacto Ambiental, realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

que vão incidir na vida dos povos e das comunidades tradicionais, que garantem a sua sustentabilidade a partir do extrativismo animal na RESEX.

Além disso, o Programa de Comunicação Social do Estaleiro Naval, que tem como objetivo informar as populações tradicionais sobre o empreendimento, os riscos, os impactos e os benefícios, não vêm sendo cumprido. A maioria dos/as moradores/as de Santiago desconhecem as informações sobre o empreendimento e afirmam a falta de diálogo do Estaleiro com as comunidades tradicionais.

A atividade pesqueira é uma atividade tradicional das comunidades que vivem no entorno da Baía do Iguape, garantindo a sua sustentabilidade, mas não está relacionada apenas a geração de renda e, sim, principalmente, com a transmissão geracional de saberes, costumes e práticas tradicionais e a importância dessa continuidade para as comunidades quilombolas e ribeirinhas. Apesar do trabalho da roça e de outras atividades estarem presentes, esta ainda é a mais predominante na região. A comunidade luta por condições dignas de reprodução cultural, social, religiosa e econômica que garantam a sua sustentabilidade e respeitem os saberes tradicionais.

No que concerne aos impactos socioambientais, culturais e econômicos que a implantação do empreendimento vem causando as comunidades tradicionais que vivem no entorno da Baía, os pescadores e marisqueiras de Santiago do Iguape ressaltam que houve extinção de algumas espécies marítimas, como também a contaminação com produtos químicos na maré, o que vem ocasionando “coceiras” nos membros inferiores das marisqueiras. Os moradores responsabilizam o Estaleiro Naval por essas alterações na Baía⁵².

O processo de implantação do Estaleiro Naval foi prejudicial para nós, pescadores e marisqueiras. A falta de marisco, o marisco morre pelo impacto no mar, peixe morto nas águas, sururu tudo aberto, a lama coçando. Eu acho que foi isso, pontua Aqaltune, 31 anos.

Os relatos dos pescadores e marisqueiras que retiram o seu sustento da maré e lidam, diariamente, com os impactos diretos nos manguezais, que incidem na extinção de espécies marítimas, na quantidade e qualidade do pescado, causando um desequilíbrio no ecossistema marítimo e na vida desses trabalhadores e

⁵²Fonte: Conversas informais com os moradores da Comunidade.

trabalhadoras da maré. Além da poluição da maré, com a proliferação de produtos químicos.

Logo no início, os pescadores e as marisqueiras iam pescar e voltavam com uma coceira. Acho que algum produto que estavam usando e causava coceira. Iam tirar o sururu e voltavam cheias de carochos, empoladas. Por conta disso, uma folhinha que dá no mangue, no fundo, esponja, estava subindo muito, por conta de alguns resíduos que eles estavam colocando. Alguns peixes também mais perto deles não chegou até aqui, quem pesca mais pra lá, São Francisco, alguns peixes chegaram a morrer, pegavam peixe na rede morto, já estava morto na água há muito tempo. Eles definiram como impacto também (AQUALTUNE, 31 anos).

A interlocutora é marisqueira e traz no seu relato os impactos negativos no manguezal a partir da implantação do empreendimento, da extinção/diminuição dos peixes e mariscos, além da preocupação com as próximas etapas do empreendimento, o que ocasionará mais despejos de produtos químicos na maré, que serão agravados quando houver o pleno funcionamento *do Estaleiro*. Dessa forma, Luíza, 40 anos, afirma:

[...] Por enquanto o impacto está sendo pouco, pois o Estaleiro não está construindo. Houve certo impacto com a questão da explosão das pedras para ele ser implantado, mas, o impacto maior virá quando começar a cair o óleo, quando começar a ser derramado os resíduos, agora está derramando pouco, não em grande quantidade, quando ele realmente estiver na ativa.

Para a interlocutora supracitada, os impactos socioambientais serão intensificados a partir do pleno funcionamento do Estaleiro, o que revela as preocupações futuras que o empreendimento pode causar à Reserva Extrativista e à vida das pessoas que ocupam esse território e se reproduzem a partir dele. “A RESEX é um espaço do cotidiano humano, dos moradores, pescadores e marisqueiras, e de todos os que o habitam” (CERQUEIRA, 2011, p. 4).

É neste território habitado que as comunidades tradicionais se reproduzem social e culturalmente, definem suas práticas, formas de viver e de produzir. A implantação do Estaleiro Naval influencia e altera as ações do território e pode ser considerada por Prost (2010) “uma desterritorialização econômica, política e cultural na imobilidade das populações tradicionais diante da imposição da lógica do mundo e no lugar.” (PROST, 2010, p. 1). A Reserva composta por vinte distritos, sendo

dezessete pertencentes ao município de Maragogipe, sede da Unidade de Conservação, e três ao município de Cachoeira, incluindo Santiago do Iguape⁵³.

Os ecossistemas da reserva são a Baía e o manguezal e as atividades de pesca artesanal e a mariscagem são as principais práticas extrativistas que caracterizam o trabalho e o contexto dos saberes coletivamente construídos pela população da unidade (SANTOS, 2007, p. 1).

Além de complexificar a luta pelo território quilombola, pois se anteriormente havia três sujeitos envolvidos nos conflitos territoriais, são eles: O Estado, responsável por garantir as políticas públicas que viabilizem a sustentabilidade das comunidades quilombolas, principalmente o direito constitucional à terra, regulamentado pelo artigo 68º da Constituição, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que desencadeou na Política de Regularização Fundiária para comunidades quilombolas, os latifundiários e a comunidade. Desde 2009, entra em cena o quarto sujeito, o Estaleiro Naval, que explora, deteriora e destrói o ecossistema (flora, fauna, manguezal) da Baía do Iguape.

As contradições presentes no discurso do capital hegemônico para garantir a implantação do Estaleiro Naval caminham na contramão das reais necessidades das populações tradicionais que vivem no entorno da Baía do Iguape.

Com o objetivo de aproveitar essas oportunidades e a alta demanda de embarcações para atender a indústria de petróleo e correlatas, o Governo do Estado planejou trazer um novo ciclo de desenvolvimento para a região do Recôncavo Sul, particularmente a região englobada pelos municípios de Cachoeira, São Félix, Maragogipe, Salinas das Margaridas e Saubara. Além de ser um local que apresenta as condições necessárias para a implantação de um estaleiro, também foi levada em consideração a alta carência social e econômica dessas localidades, desde o desmantelamento da indústria do fumo, na década de 70. A implantação do estaleiro no Estado da Bahia, além de ativar a economia da região, gera empregos diretos e indiretos, e consolida a indústria naval no Estado, capaz de movimentar de modo significativo a economia estadual (MARTINS, 2009, p. 9-10).

A ideia de desenvolvimento econômico e social, a convergência entre a banalização da exploração dos recursos naturais na Reserva Extrativista Federal e a mistificação dos reais impactos socioambientais para as populações tradicionais são estratégias políticas criadas pelo capital e o Estado, que acabam operando dentro da mesma perspectiva de garantir o desenvolvimento local ou regional a partir da implantação de grandes empreendimentos, com alto avanço tecnológico e em

⁵³Fonte: SANTOS (2008).

parceria com grandes multinacionais e investimentos de capital internacional. A partir da análise de Silva (2014, p. 23), percebemos que a composição acionária do Estaleiro Enseada do Paraguaçu S. A “é formada por capital nacional e internacional, sendo distribuída da seguinte forma: 70% do capital é controlado EEP Participações S.A. (Odebrecht, 50%; UTC Engenharia, 25% e OAS, 25%) e 30% do capital pertence a Kawasaki Heavy Industries (EEPSA, 2013) e (Kawasaki, 2013)”.

Na contramão da perspectiva do Estado e do grande capital, a noção de desenvolvimento sustentável para a comunidade quilombola de Santiago do Iguape dialoga com o respeito aos saberes e práticas tradicionais, o direito ao território tradicional, a preservação dos manguezais e de todos os ecossistemas que compõem a Reserva Extrativista da Baía do Iguape, garantindo a prática da pesca, da mariscagem e dos costumes e dos modos de vida das comunidades quilombolas. Além disso, nas entrevistas com as/os moradores e moradoras de Santiago do Iguape, nota-se que uma parcela dos entrevistados/as relatou as expectativas em relação à possibilidade de empregabilidade dos jovens, enquanto uma contrapartida do empreendimento para garantir a mudança na conjuntura estrutural de desemprego que afeta a maioria das comunidades quilombolas do entorno da Baía do Iguape. Mas, isso não ocorreu, inclusive, a comunidade relata que houve dificuldade até para realização da inscrição nos processos seletivos da empresa.

Os relatos de indignação da maioria das (os) interlocutoras (es) referem-se à constatação que os/as jovens da comunidade não são o público-alvo das contratações realizadas pelo Estaleiro Naval, ratificam que é importante a valorização da mão de obra da juventude em cargos que não sejam apenas para trabalho braçal, a maioria enfatiza, também, opinião contrária à instalação do empreendimento e, assim, reconhecem os danos e os impactos que as comunidades vêm sofrendo e ressaltam que poderia ter ocorrido a qualificação da mão de obra local.

Eu queria que o benefício fosse essa compensação de pegar os jovens e colocar para trabalhar lá, porque eu não queria que chegasse aqui e enchesse um caminhão de jovens para chegar lá e cavar buraco, carregar bloco, fazer massa. Eu não vi jovem nenhum aqui com esse benefício.
(ZUMBA, 61 anos)

Outro elemento que se torna relevante nas entrevistas é o posicionamento em relação aos entraves que o Estaleiro Naval pode causar na luta pela terra, ressalta Luíza, 40 anos,

Um empreendimento de grande porte para ser construído em uma comunidade quilombola, talvez ele seja um agravante, sim, no processo de titulação[...] Porque Enseada, Nagé, Coqueiros, pertencentes à Maragogipe, são comunidades quilombolas, várias comunidades quilombolas. Eu lembro que eu participei de um encontro com Pan Batista foi educação ambiental para comunidades quilombolas, porque o Estaleiro nesse processo de licenciamento ele realizou várias oficinas, em vários momentos eles conseguiram juntar várias lideranças, uniu lideranças da pesca, de terreiro, de escola.

É fundamental compreender o processo de implantação do Estaleiro, as etapas, os impactos socioambientais e as consequências futuras que serão desencadeadas a partir do pleno funcionamento do empreendimento. Dessa forma, os relatos carregam toda a angústia, insatisfação e revolta pela forma como foram conduzidas às etapas de licenciamento, em 2010⁵⁴. As estratégias políticas utilizadas pelas empresas responsáveis pelo empreendimento, a falta de compromisso, responsabilidade e transparência das ações e etapas do Estaleiro, por não cumprir com as medidas mitigadoras acordadas no processo de licenciamento, assim como a falta de fiscalização por parte dos órgãos ambientais responsáveis. Tais medidas visam mitigar os impactos socioambientais em decorrência da implantação do empreendimento. Para a interlocutora, Luíza, 40 anos,

O Estaleiro Naval foi inteligente. Colocou cinquenta agentes sociais do Estaleiro. A gente levava os questionamentos da comunidade e eles montavam estratégias para esse dia. Então, cada pescador fazia uma pergunta, ele já sabia qual era a resposta, pois, já sabia a demanda maior do pescador de Nagé, Salinas e Saubara.

O Estaleiro Naval utilizou como estratégia política a cooptação de alguns moradores e moradoras das comunidades a partir da contratação de profissionais com a função de Agente Social Local, que atuava diretamente nas comunidades, com o objetivo de apreender as demandas comunitárias e a realidade local, ao mesmo tempo, em que colhia as informações, pensava nas estratégias para garantir nos espaços de discussão, deliberação e articulação, a manipulação das

⁵⁴A licença prévia 354/2010 do Estaleiro Naval foi publicada no Diário Oficial da União de 01/04/2010 e a licença de instalações em 27/04/2010, ambas concedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

informações e questionamentos, já que, nos momentos das audiências públicas, sabiam todas as demandas e questionamentos, possuindo respostas elaboradas anteriormente.

Além disso, no processo de licenciamento, foram realizadas algumas oficinas nas comunidades tradicionais, como forma de garantir uma das mitigadoras, exigência feita pelo IBAMA⁵⁵, órgão ambiental responsável em garantir o licenciamento e a fiscalização em todas as etapas do empreendimento. Após o licenciamento para implantação, o Estaleiro não deu continuidade ao cumprimento das ações mitigadoras acordadas e exigidas pelo IBAMA. Vale ressaltar que foram realizadas duas audiências públicas em momentos distintos.

A primeira foi em 2008, a pedido dos MPF e MPE, com o objetivo de discutir e avaliar a possível implantação do Polo Naval da Bahia e seus impactos na Reserva Extrativista de Iguape, e nas localidades de São Roque do Paraguaçu, Enseadinha e proximidades. A imensa maioria dos participantes se posicionou contrária ao empreendimento, alegando, sobretudo a possível contaminação dos ecossistemas marinhos, haja vista suas vulnerabilidades. O Ministério Público concluiu que “a ausência de estudos qualificados sobre a alternativa locacional implicarão na adoção de medidas judiciais (...)”; (MARTINS, 2010, p. 8)

A segunda audiência foi realizada em 2010, tendo o mesmo teor e objetivo da anterior, mas nesse período já tinha sido realizado o Estudo do Impacto Ambiental (EIA) pelo Estaleiro Naval, logo após a submissão ao IBAMA, desencadeando na concessão do parecer técnico Nº 042/2010. Neste mesmo período, também foi elaborado o documento de avaliação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), realizado pela Comissão Pró-Iguape, em 2010, que teve como objetivo apresentar um estudo consistente a respeito da inviabilidade do empreendimento. (MARTINS, 2010).

Apesar das inúmeras estratégias de mobilização das comunidades, da participação em audiências públicas, da intervenção do Ministério Público Estadual e Federal e da discordância das comunidades tradicionais em relação à implantação do empreendimento na Reserva Extrativista Baía do Iguape, principal sujeito afetado com o empreendimento, o Estaleiro Naval não teve a sua obra embargada e

⁵⁵O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tem como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União de conformidade com a legislação ambiental vigente, conforme Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (IBAMA, 2014).

encontra-se em funcionamento, operando com 90% da construção da Unidade Paraguaçu concluído. As informações acerca das etapas do empreendimento foram colhidas através do documento realizado pela Comissão Pró Iguape⁵⁶, que teve como objetivo apresentar as reais consequências socioambientais, as ameaças no ecossistema marítimo, o descumprimento das medidas mitigadoras e tantos outros impactos negativos que poderão influenciar na dinâmica de vida dos povos e comunidade tradicionais que vivem no entorno da Baía. A maioria dos relatos dos/as interlocutores/as carrega uma preocupação, insatisfação e um desconhecimento em relação às etapas do empreendimento.

O Estaleiro Naval é um agravante, enquanto a comunidade não tomar pé daquilo que ela tem e pode continuar tendo, como nós tivemos e o que pode vir e o que está por vir? O que é que vai garantir a essas comunidades daqui pra frente? Porque o que é sustentável tem de continuar. Porque pode mexer em algo sustentável, que tem que continuar, se você mexe em um manguezal, ali é um meio de vida, ali existe uma comunidade ambiental, que dá condições de criar o caranguejo, o próprio peixe, o siri, quando você arranca essa área que você desmata, a gente já perde pedaços desse equilíbrio. (FRANCISCO, 37 anos)

A fala do interlocutor é retratada na imagem abaixo. Um registro realizado na localidade de implantação do Estaleiro Naval. A primeira imagem mostra a Pontado Corujão, em Maragogipe, antes da implantação e a segunda depois imersão do Estaleiro Naval. A região do manguezal sendo suprimida, assim como os demais ecossistemas que compõem a Reserva Extrativista. Os inúmeros impactos socioambientais e territoriais nas comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento, destacando o povoado da Enseada do Paraguaçu, comunidade tradicional do município de Maragogipe, que vive do extrativismo animal, de práticas e costumes tradicionais, estabelecendo uma relação de respeito à biodiversidade da Baía, preservando os recursos naturais existentes, a partir da pesca artesanal, para fins de subsistência. O manejo e as práticas extrativistas, realizadas pelas comunidades tradicionais que vivem no entorno da Baía, não são predatórios.

⁵⁶A Comissão Pró-Iguape é um movimento formado por extrativistas, representantes de organizações não governamentais, professores e pesquisadores de instituições públicas e de entidades da sociedade civil organizada que visam os interesses coletivos, preocupados com a questão ambiental e, sobretudo com a situação das populações tradicionais beneficiárias da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape decidiram se mobilizar em defesa da conservação do ambiente e do modo de vida locais.

Figura 9- O antes.



Fonte: Carlos Silva (2013).

Figura 10- O depois.



Fonte: Carlos Silva (2013).

A noção da preservação do território tradicional vincula-se a forma como essas comunidades se relacionam com os ecossistemas presentes na Baía. Nesse sentido, quais são as consequências futuras para as comunidades quilombolas que vivem no entorno da Baía do Iguape?

4.4 O ANTES E O DEPOIS: AS AMEAÇAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO TRADICIONAL

Quem garante que isso vai ser uma tubulação pra ser levada? Quem garante que existe isso lá? Existe a gente, viu? Vão existir vários desequilíbrios, tanto a questão do mar, do meio ambiente, comunitária, social, a questão do emprego vai ser pelo resto da vida? A obra tem quanto tempo de duração? (FRANCISCO, 37 ANOS)

As indagações do interlocutor confirmam a falta de informações acerca das etapas do empreendimento, revelando que não houve um diálogo no período de licenciamento entre as partes, e, sim, uma imposição do grande capital, de acordo com seus interesses e a relação consensual com o Estado.

O histórico de territórios tradicionais ameaçados pela implantação de grandes empreendimentos é recorrente na sociedade pós-colonial. Neste trabalho, apresentamos alguns exemplos e focamos na comunidade de Santiago do Iguape, todos os casos de ameaças apresentados são no Estado da Bahia, mas são inúmeros os casos distribuídos pelo território brasileiro. Nesse sentido, Francisco, 37 anos, ainda complementa:

A comunidade ela vive assim com o pé muito atrás, preocupada com nossa ponta do rio, que é o Paraguaçu, nosso meio de sustento. Que isso venha criar um impacto ambiental muito grande, talvez, hoje, eles falem de trabalho, que vão trazer isso, trazer aquilo, por um lado. Mas, por outro lado, a gente pode estar esperando um desequilíbrio total, que já vem tendo, o pescado de ontem, não é o de hoje. Antes, o pescado era maior, as canoas vinham mais fartas. Hoje, é um luta para os pescadores um pouco de camarão, um pouco de peixe. Essa questão da Enseada foi muito gritante, uma briga e continua sendo uma briga.

No caso do Estaleiro Naval Enseada do Paraguaçu, as etapas de implantação do empreendimento na Reserva Extrativista da Baía do Iguape, os impactos socioambientais e territoriais, as violações de direitos étnico-raciais e territoriais evidenciam as consequências futuras que as comunidades podem vir a sofrer em

virtude da implantação de um empreendimento de grande porte na Reserva Extrativista Federal, assim como as relações de interesse entre o Estado e o grande capital, em detrimento da supressão dos direitos das comunidades tradicionais. O Estado tem um papel fundamental na garantia dos direitos constitucionais das comunidades tradicionais e quilombolas.

Partindo da premissa do direito, o artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que prevê que as comunidades que estejam ocupando suas terras deverão ter o título definitivo do território. Nesse sentido, cabe também ao Estado, além de garantir o título definitivo da terra, garantir que os direitos das comunidades não sejam ameaçados, suprimidos ou simplesmente permeados pelos interesses do grande capital. Além disso, o aparato jurídico-institucional que legitima os direitos das comunidades quilombolas deveriam ser garantidos e executados pelos órgãos responsáveis, a saber: A Fundação Cultural Palmares e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Sendo assim, no art. 1 da Lei nº 7.668/88, atribuem a Fundação Cultural Palmares a incumbência de garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades de quilombo, bem como a defesa da posse contraturbações para a proteção de sua integridade territorial⁵⁷.

Art. 1 Q Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro no distrito Federal, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. (Lei nº 7.668/88).

Além disso, o Decreto nº 4.887/2003 estabelece a competência dos órgãos em questão, reforçando as atribuições designadas para cada órgão Federal.

Art 5º Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto. (BRASIL, 2003)

A ineficácia e a burocratização dos órgãos responsáveis pelos procedimentos jurídicos, que garantem desde a certificação de autorreconhecimento ao título definitivo da terra, inviabilizam a segurança territorial das comunidades quilombolas,

⁵⁷Fonte: Informações obtidas no Dossiê de Violação de Direitos da Comunidade Quilombola do Rio dos Macacos.

o acesso à terra, enquanto direito constitucional, assim como permitem a imersão de sujeitos com outras concepções do uso do território tradicional, que não são convergentes com a noção de território das comunidades. Segundo Andrade (1995, p. 215),

Dessa convergência espacial dos contrários, surgia a reação da gestão à desterritorialidade e à integração com a formação de novas territorialidades, novas formas de concepções que têm fundamentação de caráter econômico, mas que têm também uma forte conotação antropológica e social.

A falta de diálogo e respeito aos direitos das comunidades quilombolas refletem na dinâmica e nos modos de vida dessas populações. A noção do território tradicional para as comunidades quilombolas está relacionada ao pertencimento e identidade territorial, a ocupação do território pelos seus ancestrais, a terra enquanto um território sagrado que se vincula as raízes desses sujeitos que ali habitam, Francisco, 37 anos, pontua,

Será que esse Estado pensa de forma como eu penso que sou filho daqui? Será que essa relação de articulação, discussão, ela aconteceu de forma harmônica? Será que não é uma imposição do próprio governo? Vai lá e faz qualquer coisa e empurrou. A comunidade ainda com o pé atrás e outro na frente. Não foi bem aceito.

O panorama de violações de direitos e a ineficácia na execução da Política de Regularização Fundiária apresentado pelas comunidades tradicionais e quilombolas que vivem no entorno da Baía do Iguape não são distantes de outras realidades vivenciados em territórios tradicionais. A partir das fontes consultadas, podemos afirmar a situação de negligência estatal, violações aos direitos humanos que a comunidade Rio dos Macacos, localizada no município de Simões Filho, no estado da Bahia, vivencia. Rio dos Macacos se autodeclara comunidade quilombola a partir da autodefinição coletiva, tendo solicitado à Fundação Cultural Palmares a emissão da certidão de autorreconhecimento em 04/10/2011, com processo em andamento junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A partir do dossiê⁵⁸ realizado pela Associação Quilombola da comunidade, nota-se que a ocupação da comunidade é centenária, sendo assim,

⁵⁸O dossiê foi realizado, em 2012, pela Associação Quilombola de Rio dos Macacos, tendo como objetivo denunciar as violações de direitos vivenciadas pela comunidade, em virtude da implantação da Base Naval pela Marinha do Brasil, desde 1971.

O lugar era originalmente parte da área do Recôncavo Baiano, onde, desde o século XVII, se instalaram os engenhos produtores de cana-de-açúcar. Hoje, a localidade encontra-se cravada no atual município de Simões Filho, nesse Estado. “A referida comunidade é remanescente de quilombo”, à qual o texto constitucional atribui à propriedade definitiva das terras ocupadas, competindo ao Estado emitir-lhes os respectivos títulos, nos termos do art. 68 do ADCT 88. (ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE RIO DOS MACACOS, 2012, p. 4)

Os relatos do dossiê apontam que a comunidade ocupa esse território há mais de um século, se autodeclara remanescente de quilombo a partir da sua ancestralidade negra, suas tradições e modos de vida. A fonte de renda da comunidade é a agricultura de subsistência e a pecuária.

Os conflitos fundiários e territoriais são desencadeados a partir da chegada da Marinha do Brasil no território. Conta-se que o local era uma usina de cana-de-açúcar e foi comprado por um fazendeiro no período do declínio das usinas, em pleno século XX. Neste período, o proprietário decidiu doar as glebas⁵⁹ das terras como forma de indenização para os trabalhadores que desempenhavam suas atividades laborais na fazenda, apesar de não ter ocorrido à formalização da doação, ou seja, a comunidade ocupa o território e é reconhecida como remanescente de quilombo, mas não detinha o título da terra. Um segundo agravante era o fato do proprietário ter contraído dívidas tributárias, o que desencadeou na apropriação da fazenda do Macaco pela Prefeitura Municipal de Salvador, em 1960, tornando-se terra pública e, posteriormente, doada para a Marinha do Brasil. Uma década depois, em 1971, iniciou-se a construção da Base Naval de Aratu.⁶⁰

Com a sua chegada, a Marinha do Brasil começou a impor nova e estranha dinâmica social recheada de restrições e práticas abusivas, no sentido de coibir os moradores na construção ou reforma de suas casas, bem como na manutenção dos roçados de subsistência e do acesso à água e energia elétrica. Ressalta-se também que, durante este período, terreiros de candomblé foram fechados e destruídos. (ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE RIO DOS MACACOS, 2012, p. 4)

As violações de direitos, as ameaças de remoção e a inexistência de políticas públicas são os elementos centrais para compreender a trajetória da comunidade do Rio dos Macacos. Em virtude do território da comunidade ser cerceado e usurpado

⁵⁹ Termo de origem feudal, que consiste da doação de terras dos suseranos para os vassalos.

⁶⁰As informações foram obtidas no Dossiê elaborado pela Associação Quilombola Rio dos Macacos.

pela Marinha do Brasil, os moradores e moradoras do Rio dos Macacos não têm acesso aos serviços de saúde, educação, assistência social, energia elétrica, saneamento básico, dentre outros serviços fundamentais para a sua reprodução física, social, cultural e econômica.

A Comunidade Quilombola do Rio dos Macacos, além de vivenciar cotidianamente às violações de direitos humanos relatadas acima, está ameaçada de ser expulsa do seu território tradicional em razão de três ações reivindicatórias (0016296-14.2009.4.01.3300; 002242.5"98.2010.4.01.3300;0022426 83.2010.4.01.3300) ajuizadas pela União Federal contra parte da referida comunidade, todas com Pedido de Antecipação de Tutela, qualificando os réus como "invasores" e pleiteando a desocupação do imóvel.(ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE RIO DOS MACACOS, 2012, p.7)

Além disso, diariamente os/as moradores da comunidade sofrem ameaças de remoção, violência psicológica, verbal e física, cerceamento do direito de ir e vir, de circular pelo entorno da comunidade, já que a entrada é vigiada pelos guardas da Marinha do Brasil. De forma arbitrária e violenta, os guardas abordam as pessoas da comunidade, impedindo-os de realizar as suas atividades diárias, de manter a sua dinâmica de vida, desrespeitando os seus costumes, práticas e modos de vida construídos a partir da relação de pertencimento territorial, da ancestralidade comum, baseados na troca e no trabalho coletivo.

A União Federal moveu uma ação judicial para retirar as famílias do Quilombo do seu território tradicional. Já foram várias tentativas de remoção, tendo a presença de viaturas policiais, tratores e caminhões com oficiais da Marinha fortemente armados. A descrição do cumprimento da ação judicial impetrada pelo órgão Federal é explanada no texto do Dossiê de Violação de Direitos da comunidade Quilombola do Rio dos Macacos, realizado pela Associação Quilombola do Rio dos Macacos.

A breve explanação sobre as ameaças de remoção do território tradicional da comunidade do Rio dos Macacos aponta para os riscos de supressão dos direitos constitucionais conquistados pelas comunidades quilombolas.

A situação de litígio vivenciada pela comunidade em questão traz elementos convergentes com a realidade de outras comunidades tradicionais distribuídas pelo território brasileiro, que sofrem diferentes violações de direitos, e, principalmente, ameaças de remoção do território, uma consequência futura que pode ser vivenciada pela comunidade de Santiago do Iguape.

A comunidade do Rio dos Macacos e Santiago do Iguape não possuem o título da terra, há uma insegurança territorial, que traz consequências gravíssimas para as

comunidades, desencadeando em inúmeras ameaças de remoção, de litígio e de violência. Além da ação concreta dos grandes empreendimentos nesses territórios tradicionais, a presença das oligarquias latifundiárias, que utilizam práticas escravagistas de arrendamento das terras, cobrança de taxas pelo uso da terra e mantêm terras improdutivas na região do Iguape, terras dos antigos engenhos de cana-de-açúcar, que foram repassadas para os latifundiários através de práticas ilícitas ou sem nenhum documento legal.

A estrutura fundiária do Brasil aniquila os direitos constitucionais conquistados pelas comunidades quilombolas. Avançar no legislativo é apenas uma etapa do caminho, mas, é preciso repensar a estrutura fundiária, que favorece a bancada ruralista, o agronegócio e o grande capital. A Reforma Agrária é uma possibilidade de mudança estrutural no sistema de distribuição de terras no Brasil que, ainda no século XXI, continua estruturado com bases escravagistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etnografia possibilitou um mergulho na comunidade quilombola de Santiago do Iguape. A vivência no campo permitiu a apreensão das categorias centrais do trabalho. A identidade coletiva, a organização sociopolítica e cultural de Santiago se desenvolve a partir do território. Pensar no território, a partir desse olhar, é fundamental para compreender os processos de organização, de luta em prol da terra, os entraves, dificuldades e os conflitos fundiários e territoriais.

O período de imersão na comunidade foi de dois meses, no qual observei e relatei minhas observações em diário de campo, interagi e entrevistei os informantes chave, membros das organizações da comunidade, pescadores, marisqueiras e outras/os moradoras/es. Neste período, também, busquei estar nos espaços organizativos e comunitários, participei da reunião da Colônia de pescadores e marisqueiras, da reunião da Reserva Extrativista da Baía do Iguape (RESEX) e do ensaio do samba de roda, compreendendo que este último também é um espaço de organização sociopolítica e cultural, de lazer e sociabilidade. A comunidade de Santiago do Iguape revela na música e na dança de origem africana um sentimento de pertença. A sua identidade também se constrói a partir desses dois elementos.

A imersão possibilitou apreender os entraves na luta pela posse da terra, que são desencadeados por questões emblemáticas (a estrutura e o modelo de gestão dos espaços organizativos da comunidade), que são ancorados na estrutura política oligárquica e patriarcal e (nos interesses antagônicos entre o Estado e o grande capital, em detrimento das populações tradicionais), por último, a estrutura fundiária do país, que ainda é enraizada no modelo escravocrata, elemento estruturador na formação sócio-histórica do Brasil, e, que, ainda, incide diretamente nos modos de vida e na regularização fundiária das terras dos povos e comunidades tradicionais.

Em relação à organização sociopolítica da comunidade no processo de regularização fundiária, nota-se a presença de conflitos entre as lideranças, correlações de forças entre as gestões das associações e uma centralização do poder e das informações acerca do processo de regularização fundiária,

desencadeando um entrave no fortalecimento da luta coletiva e uma despolitização em prol do título definitivo da terra. Outro agravante, nesse contexto, é a emergência do Estaleiro Naval no processo de luta pela terra, complexificando as questões fundiárias e territoriais e incidindo diretamente na reprodução física, cultural, política e econômica dos/as moradores e moradoras da comunidade.

É importante reconhecer que a luta pelo território em Santiago antecede o dispositivo constitucional de 1988. Ela não é consequência da arbitrariedade do Estado e da exigência legal do autorreconhecimento como condicionalidade para garantir a regularização fundiária. A identidade coletiva de Santiago não é construída a partir de classificações externas ou exigências legais. É consequência das experiências e trajetória de vida desse grupo.

Ciente de que é necessário fechar mais uma trajetória em Santiago do Iguape, carrego a certeza que esse percurso não finda aqui. A expectativa é poder contribuir com o fortalecimento da luta pela terra empreendida pelos moradores e moradoras da comunidade de Santiago do Iguape e, sobretudo, aos obstáculos ao seu desenvolvimento humano, que são travados pela ofensiva do capital e pela ineficácia do Estado em garantir a regularização fundiária do território.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DYWER, Eliane Cantarino (org). **Quilombos** - identidade e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002, p. 43-81

AMARO, Sarita. A questão racial na Assistência Social: um debate emergente. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 81, p. 58-81, março 2005.

ANDRADE. Manuel Correia. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades**: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton. Território, Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1994.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**. Etnografia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc/Anpocs, 2006.

_____. **Quilombos**. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. Raça: novas perspectivas antropológicas. Salvador/Brasília: Edufba/ABA, 2008, p. 315-50.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DO RIO DOS MACACOS. **Dossiê de violação de direitos da comunidade quilombola do Rio dos Macacos**. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/2012/07/24/violacoes-de-direitos-humanos-no-quilombo-rio-dos-macacos-sao-denunciadas-aos-organismos-internacionais/>> Acesso em: 23 de abril de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto Nº. 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

BRASIL. Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 20 de abril. 2004.

BRASIL. Decreto Nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 fevereiro. 2007.

BRASIL. Instrução Normativa Nº. 57, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 outubro. 2009.

BRASIL. Lei n º 7.668. Brasília, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de agosto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7668.htm > Acesso em 20 de abril de 2014.

CARNEIRO, Edison. Singularidade dos Quilombos. In: MOURA, Clóvis (org). **OS Quilombos na dinâmica social do Brasil**. EDUFAL, 2001, 378 p.

CARVALHO, José Jorge. **O olhar etnográfico e a voz subalterna**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano7, nº 15. 2001.

CENTENO, Lúcio Domingues. **Multiculturalismo em ação**. Lógicas de ação dos agentes operadores das políticas públicas quilombolas no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- UFRGS, Porto Alegre, 2009.

CERQUEIRA, Israel. **Território e norma**: a implantação do polo naval na RESEX Marinha Baía do Iguape. In: SEMINÁRIOS ESPAÇOS COSTEIROS, 2011, UFBA, Bahia. Disponível em: <www.costeiros.ufba.br/.../CERQUEIRA,I.L.S._%20Território%20e%20N> Acesso em: 04 de fevereiro de 2014.

CRUZ, Ana Paula Batista da Silva. **Costurando os retalhos**: Um estudo sobre a comunidade de Santiago do Iguape. In: III ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 2012, UFRB, Bahia. Disponível em: < www.ufrb.edu.br/ebecult/> Acesso em: 14 de abril de 2015.

CUSTÓDIO, André, LIMA; Fernanda. O Direito fundamental à titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. **Espaço jurídico**, Joaçaba, v. 10, n. 2, julho 2009.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GEERTZ, Clifford, 1926. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro : LTC, 2008.

GOMES, Flávio. **PALMARES**: escravidão e liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Contexto, 2005.

GUSMÃO, Neuza Maria Mendes. Herança Quilombola, negros, terras e direitos. In: BACELAR, Jéferson; CAROSO, Carlos (Org.). **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

_____. **Herança Quilombola: Negros, terras e direitos.** In: MOURA, Clóvis (org.) Os Quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001.

_____. **A dimensão política da cultura negra no campo: Uma luta, muitas lutas.** 284 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) -USP, São Paulo, 1990.

MARTINS, Viviani. **Documento de Avaliação do EIA/RIMA Estaleiro do Paraguaçu.** Disponível em: <http://www.ceama.mpba.mp.br/component/docman/doc_view/2209-consultoria-para-elaboracao-do-relatorio-final-sobre-o-eia-rima-estaleiro-praguacu.html?Itemid=131> Acesso em 10 de abril de 2015.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos Quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **De Izabel à Ignácio Lula: A redenção em dose dupla,** Rio de Janeiro, nov. 2009. Disponível em: <http://mnu.blogspot.com>. Acesso em: 09 de maio de 2015.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **Em defesa da luta quilombola.** Rio de Janeiro, dez. 2009. Disponível em: <<http://mnu.blogspot.com>>. Acesso em: 09 de maio de 2015.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra.** 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Tudo é história).

MUNANGA, Kabengele, GOMES; Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: global, 2006.

O'DYWER, Eliane Cantarino (org). **Quilombos - identidade e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002, p. 43-81

PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. **Recôncavos.** Disponível em: <<http://www2.ufrb.edu.br/edicoes/n01/pdf/pedrao.pdf>> Acesso em: 04 de janeiro de 2015.

PEIRANO, Marisa. **A favor da etnografia.** UNB: Série Antropologia 130, 1995, p. 01-21.

PROST. Catherine. Resex Marinha versus polo naval na Baía do Iguape. **Novos Cadernos NAE,** Bahia, v. 13, nº 1, julho 2010. Disponível em: <www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/391/694> Acesso em: 04 de fevereiro de 2014.

REIS, João José. Uma história da liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio**: história do quilombo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 510 p.

RUBERT, Rosane. **A construção da territorialidade**: um estudo em comunidades negras rurais da região central do RS. Tese (Doutorado em desenvolvimento Rural)- PGDDR/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Mario Alberto. **Unidades de Conservação, educação e planejamento comunitário**: uma análise da realidade da reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape/BA. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFBA, Bahia, 2007.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2005.

SILVA, Carlos Augusto Oliveira da. **O capitalismo e o Recôncavo da Bahia**: análise do processo de implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu–Cachoeira. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRB, Bahia, 2014.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Identidade e racismo**: a ancestralidade africana reelaborada no Brasil, in Racismo no Brasil, ABONG- Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, p. 73-85, Editora Peirópolis, São Paulo, 2002.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. CENTRO DE PESQUISAS APLICADAS; FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades quilombolas: direito a terra**: artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília (DF) Fundação Cultural Palmares, 2002. 119 p.

TRECCANI, Girolano Domenico. **Terras de Quilombo**: Caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: UFPA/ITERPA, 2006.

URIARTE, U. M. Podemos todos ser etnógrafos? **Redobra**. v.10, p. 171-189, 2012.

APÊNDICE A: Plano de observação

Título da dissertação: LUTAS E RESISTÊNCIAS NAS “TERRAS DE PRETO”: O CASO DE SANTIAGO DO IGUAPE.

O que queremos com a observação:

Nosso objetivo com as observações será o de analisar a organização sociopolítica da Comunidade Quilombola de Santiago do Iguape frente ao processo de regularização fundiária no período histórico de 2010 a 2013.

- As especificidades da ação político-social no Quilombo de Santiago do Iguape;
- As questões da participação da comunidade:

- √ a articulação entorno das questões da luta pela posse da terra;

- √ mudanças que este elemento de articulação provoca.

- ∞ a articulação e estratégias da comunidade quilombola na luta pela posse da terra.

- Os diferentes marcadores socioculturais que dão sentido a essas categorias (classe, raça-etnia, orientação religiosa, escolaridade, estado civil, etc);

- Implicações na vida da coletividade e dos sujeitos, mulheres e homens membros da comunidade; mudanças nos seus projetos de coletividade e nos seus projetos de vida; redes de apoio;

- Posicionamentos e práticas associadas à luta pela posse da terra – quem ocupa os espaços de participação e liderança na comunidade.

Ao final das observações, deveremos ter dados suficientes para que sejamos capazes de realizar um conjunto de discussões interpretativas:

- √ Quais os principais **roteiros de produção da luta pela posse da terra**, concebidos como categoria sociopolítica que orienta a produção cultural na comunidade. Em outras palavras: O que e como ocorrem as práticas políticas no contexto local e estadual (outras comunidades).

Instruções e dicas importantes

1. **Observar**

a. Em certo sentido, a observação funciona como uma “entrevista” não diretiva aos membros da comunidade. Assim, na observação buscamos registrar como a prática política é performada no “aqui e agora”.

2. Como iniciar

- a. O observador deve iniciar frequentando as reuniões de discussão sobre a posse da terra, os eventos que reúne a comunidade, os espaços da comunidade, serviços e equipamentos da comunidade, observando todos os eventos possíveis.
- b. Para as pessoas contatadas, é importante falar um pouco sobre a pesquisa.
- c. Tentar, se for possível, acompanhar e observar em diferentes situações (na comunidade, em espaços públicos, outros eventos).

3. Implicações do observador

Lembrar que o observador é “mais um em interação”. O modo como interage marca os dados. Assim, na descrição, seu lugar (como entra e o lugar que lhe é dado pelos “nativos/as”) deve ser considerado.

4. O registro

- a. As anotações (durante ou logo após a observação) devem subsidiar o preenchimento do protocolo de observação. Este deve ser preenchido tão logo seja possível. A cada ida a campo deve preencher um protocolo de observação, segundo este modelo.
- b. Uma cópia deve ficar na pasta eletrônica do bolsista, uma cópia deve ser enviada por e-mail para a orientadora e uma cópia deve ser impressa e ficar na pasta de observações/contextos de arquivo convencional.
- c. As anotações devem ser realizadas como se fossemos necessitar do máximo de informações para montar um roteiro de filme:
 - cenário
 - cenas
 - personagens
 - roteiros (interpretação sobre como as categorias sociais marcam as interações)

5. A teoria

a. A observação é marcada pela subjetividade do pesquisador, e também pelo seu aporte teórico metodológico. No nosso caso, é importante ter em mente mais algumas construções teóricas que orientam a construção dos dados.

b. Assim no correr das idas a campo o pesquisador deverá buscar perceber as categorias, de política, cultura, mudança social, identidade. Tomaremos como base o referencial teórico proposto. Hipoteticamente, podemos esperar que:

i. O sistema de mudança social se expressa em termos das práticas de autonomia, na produção política, nas relações sociais.

ii. O sistema da política se expresse na capacidade ou não de construir estratégias coletivas, seja para fortalecer a autonomia dos membros da comunidade (homens e mulheres), seja para fortalecer as comunidades em que vivem. Como participam coletivamente da vida social.

iii. O sistema cultural se expresse em termos dos valores, princípios ético-políticos, conjunto de códigos e símbolos que contribuem para construir a identidade do grupo e sua tradição e também quais aspectos da cultura mais geral hibridizam com a cultura da comunidade.

6. Neste sentido, a pesquisadora deve procurar recuperar nas conversas (e na medida do possível estimular) aspectos do âmbito dos três sistemas anteriormente citados. Atentar que, num mesmo evento, aspectos dos sistemas podem estar presentes.

7. Categorias sociais, hierarquias e poder

Também é importante buscar identificar, a partir das conversas e observações:

- Como se configura as relações hierárquicas de idade, raça etc e seu intercruzamento com as hierarquias de gênero;

- Perceber as implicações do viés de gênero, raça etc na formação de redes e grupos.

APÊNDICE B: Protocolo de Observação

1. Identificação da observação			
1. Nº da Observação		2. Evento/Atividade	
3. Discente			
4. Integrantes da equipe presentes			
5. Local e Data			
6. Horário de Início e Término da observação			

2. Cenário (descrição física do local)

Na descrição da comunidade, deve iniciar por uma descrição ampla: é um bairro da periferia? Como são as ruas? São estreitas, largas? Tem becos? Como são esses lugares? Tem casas e blocos de edifícios? Como são? De alvenaria, desbotados? Espaçosos, apertados, possuem quantos cômodos? Possuem banheiros, puxadinhos? Há praças, mercadinhos, farmácias, igrejas (católicas, evangélicas)?

Se está observando uma praça, num domingo, a praça tem uma estrutura que é mais estável (por exemplo, dois bancos, uma quadra, um escorrego, um vendinha de lanches e um ponto de ônibus) e características que podem mudar (exemplo: pode estar enfeitada por causa de festa, com adereços etc). Tem que descrever como a estrutura física é organizada e como influencia as interações. Como essa estrutura é utilizada pelos jovens, por exemplo. Se vai observar num beco, ou rua tem que observar e descrever a estrutura mais estável da rua e o que pode estar modificado por algum evento.

Toda vez que for nesse lugar usar o mapa para dizer onde foi e o que/quem observou. É como se quisesse montar um filme e para fazer o roteiro do filme tem que ter todos estes dados. Quanto mais detalhado melhor.

Atenção todos os elementos contidos na orientação anterior devem estar presentes como conteúdos do relato.

2. Descrição das cenas

Para cada cena não esquecer de identificar:

- local ou locais do cenário onde a cena se desenrola
- personagens:
 - . protagonistas (sexo, idade aproximada, cor/raça, geração)
 - . figurantes (sexo, idade aproximada, cor/raça, geração)

Como as pessoas entram e saem dos lugares que descreveu. Num mesmo

lugar, a primeira descrição é sempre mais detalhada. Foca num detalhe que não observou antes, quando notar que está se repetindo.

Não é só dizer que João encontrou com Maria, ou que João foi com Maria. Identificar, idade, raça de quem está nas cenas.

É mais **escutar** o que as pessoas estão dizendo entre elas do que conversar com as pessoas. À medida que for ficando amiga de alguém, vai perguntando dúvidas e confirmando as lógicas que acha que elas têm.

Tem que estar atenta para os microgestos, a linguagem que é utilizada. Quais os códigos das relações (de amizade, afetivas, de grupo), há um código ou linguagem diferente entre pessoas do sexo masculino e/ou dos de sexo feminino.

Como eles utilizam o espaço físico (cenário), na comunidade que lugares eles privilegiam, em espaços públicos onde circulam mais pessoas como eles se comportam.

APÊNDICE C: Termo de consentimento livre e esclarecido



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS
Mestrado em Serviço Social

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sr^a para participar, como voluntária, da pesquisa intitulada **Lutas e resistências nas “terras de preto: O caso de Santiago do Iguape**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Milena Freitas Machado, mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (Rua Rodrigues Ferreira, nº 45. CEP: 508.10020 Contatos: (81)995004244 e e-mail: milenamachado_ss@yahoo.com.br) e está sob orientação da Prof^a Dr^a Mônica Costa Rodrigues (Contatos: (81)99774833 e e-mail: morodrigues.costa@gmail.com).

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar a fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, sendo que, uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. São seus direitos: a garantia de requerer resposta a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos e benefícios e outros assuntos relacionados à investigação, antes e durante a pesquisa; a liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso traga prejuízos a si; a segurança de que não será identificado e que manterá o caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Este trabalho pretende analisar os processos de organização social e política que decorrem do acesso à titulação definitiva na comunidade Quilombola de Santiago do Iguape. Para análise dos dados será utilizada a observação participante, tendo em vista o caráter etnográfico da pesquisa, como também a realização de entrevistas semiestruturadas. Além disso, a duração média da entrevista é de uma hora e meia, de acordo com as condições do informante, poderá cessar antes do prazo previsto. O instrumento de pesquisa contém dezesseis perguntas. Havendo constrangimento por parte do informante e/ou dificuldade ou falta de conhecimento nas perguntas realizadas, o pesquisador (a) passará para a próxima pergunta. Evitando dessa forma qualquer tipo de situação vexatória.

Os benefícios diretos e indiretos previstos por essa pesquisa estão relacionados à contribuição e ao fortalecimento das lutas empreendidas pelos membros dessa comunidade e deste segmento social e, sobretudo, aos obstáculos ao seu desenvolvimento humano, e manutenção dos seus territórios tradicionais. Para isso, a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados alcançados pela pesquisa no âmbito das associações da comunidade, junto aos sujeitos voluntários da pesquisa e nos meios científicos acadêmicos.

Em relação aos riscos, prevemos que em condições de entrevista individual o/a informante pode apresentar cansaço e/ou irritabilidade com o tipo e/ou quantidade de perguntas que lhe forem direcionadas. Para evitar que isso ocorra à pesquisadora que realizará essa coleta de dados cessará a entrevista, fornecendo a informante os seus contatos telefônicos para um posterior agendamento, dando continuidade à entrevista se assim desejarem. A idade do/a informante será considerada, de modo que só serão aceitos adultos a partir de 18 anos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa através da gravação em áudio ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora no endereço acima informado pelo período de 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidos pelos pesquisadores (ressarcimento de despesas). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

(Assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo _____, como voluntária.

Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura da participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do voluntário em participar.

Nome	Nome
Assinatura	Assinatura

APÊNDICE D: Roteiro de entrevista

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS
Mestrado em Serviço Social

Data da Entrevista:

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Cor/Raça:

Estado Civil:

Religião:

Filhos:

1. Escolaridade:
2. Trabalha?
3. Qual a maior fonte de renda da comunidade?
4. E as mulheres trabalham com o quê?
5. Você se considera “quilombola?”
6. Fale um pouco sobre a origem e ocupação do território e quando ocorreu?
7. Quais são os elementos que dialogam com a construção da identidade coletiva construída pela comunidade?
8. Como a comunidade se organiza politicamente no processo de regularização fundiária?
9. Existe participação das mulheres nas estratégias de luta e mobilização política?

10. Em relação às organizações comunitárias, como se dá a ocupação desses espaços e como é o diálogo com a comunidade?
11. Existe algum registro da quantidade de famílias em Santiago? Se sim, qual o órgão que realizou? É um censo?
12. Existe articulação com as comunidades da região do Iguape?
13. Há articulação da comunidade com outras instâncias do poder público? Quais as políticas públicas desenvolvidas na comunidade?
14. O que a comunidade mais reivindica?
15. A Comunidade de Santiago do Iguape é reconhecida como “Remanescente de Quilombo”? Já recebeu o título do território quilombola? Como anda o processo?
16. Se sim, como e quando foi emitida a certidão e qual a relação com a Fundação Cultural Palmares?
17. Em relação ao título da terra, como anda o processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)? Existe diálogo com o órgão?
18. Como e quando ocorreu o licenciamento do Estaleiro Enseada do Paraguaçu? Qual o órgão responsável pelo licenciamento? Houve participação da Reserva Extrativista Baía do Iguape (RESEX)?
19. No período de licenciamento houve participação da comunidade? Como foi o processo?
20. Quais são os impactos socioambientais nas comunidades da região e na RESEX?
21. Quais são os benefícios e as ações compensatórias realizadas nas comunidades pertencentes à Baía do Iguape?
22. Existe diálogo com a comunidade a respeito do empreendimento?
23. Você acha que a implantação do Estaleiro Naval Enseada do Paraguaçu complexifica a luta pela terra? Por quê?

APÊNDICE E: FONTES ORAIS⁶¹

Adelina, 60 anos, moradora e diretora da escola de educação infantil e fundamental I. Entrevista realizada em 21/10/2014, duração: 45h10min.

Aqaltune, 31 anos, marisqueira. Entrevista realizada em 23/10/2014. Duração 19 min.

Francisco, 37 anos, funcionário público e monitor educativo. Entrevista realizada em 23/10/2014. Duração: 1: 09 min.

Luíza, 40 anos, ex-secretária da colônia de pesca. Entrevista realizada em 21/10/2014. Duração: 54:16.

Zumba, 61 anos, liderança comunitária, membro do Conselho da Reserva Extrativista da Baía do Iguape. Entrevista realizada em 24/10/2014. Duração: 29:42 min.

⁶¹Os nomes das/os interlocutoras/es da pesquisa foram substituídos por nomes de guerreiras e guerreiros negros(as) escravizados (as), com o objetivo de preservar a identidade das sujeitas e sujeitos entrevistados. Além disso, optou-se pela escola de nomes que tivessem simbologia com lideranças negras que tiveram sua trajetória de luta invisibilizada na história oficial.